

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITÓRIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO E O ATIVISMO
TRANSNACIONAL (1850-1888)**

UBERLÂNDIA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITÓRIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO E O ATIVISMO
TRANSNACIONAL (1850-1888)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior.

UBERLÂNDIA

2020

O Movimento Abolicionista Brasileiro e o Ativismo Transnacional (1850-1888)

Vitória de Oliveira Ribeiro

Uberlândia, 22 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior
(Orientador - IERI-UFU)

Dra. Alanna Santos de Oliveira
(CEPES/UFU)

Profa. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis
(IERI-UFU)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e força.

À ancestralidade, por ter aberto caminhos.

Aos meus pais Florisvaldo e Wilma, pelo exemplo e incentivo.

À minha irmã, Izadora, pelos conselhos e cumplicidade.

Aos meus avós, Salvador e Marcita, por tanto amor e carinho.

Aos meus amigos, pela amizade e por todo o apoio.

Ao professor Haroldo, pela orientação e paciência.

Enfim, agradeço a todos que estiveram comigo nesta jornada.

RESUMO

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi lento, gradual e teve a participação de vários agentes que lutaram em prol da causa abolicionista. A partir dos pretextos criados pelo Estado Imperial para adiar a abolição da escravidão houve solicitações estrangeiras para que as autoridades tomassem providências a respeito da “instituição servil”. Mas quem estabeleceu conexões internacionais pela causa antiescravista foram os ativistas do primeiro movimento social brasileiro, o movimento abolicionista. O presente trabalho trata da dimensão transnacional do movimento e o ativismo abolicionistas, considerando a existência de uma rede transnacional que foi veículo para a difusão de ideias e estratégias abolicionistas pelo mundo. No intuito de buscar quais foram os aspectos apropriados do movimento internacional pelo movimento brasileiro e verificar suas adaptações à realidade brasileira, o presente estudo une as principais bibliografias que lidam com as articulações do movimento abolicionista brasileiro com a rede abolicionista transnacional. E responde à seguinte pergunta: Como a interface transnacional do movimento abolicionista brasileiro contribuiu para o processo de abolição da escravidão? Foi possível concluir que a interface transnacional do movimento foi fundamental para o processo de abolição, levando em consideração que o mesmo foi se articulando com outras forças externas e internas, se moldando e atuando em prol da abolição da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: movimento abolicionista brasileiro; rede transnacional abolicionista; repertório abolicionista internacional.

ABSTRACT

The process of slavery abolition in Brazil was slow, gradual and had the participation of several agents who fought for the abolitionist cause. From the pretexts created by the Imperial State to postpone the abolition of slavery, there were foreign occurrences for the authorities to take action regarding the slavery. But those who established relationship with international anti-slavery abolitionists were the activists of the first Brazilian social movement, the abolitionist movement. The present work deals with the transnational dimension of the movement and abolitionist activism, considering the existence of a transnational network that disseminated anti-slavery ideas around the world. In order to find out which aspects were associated with the international movement by the Brazilian movement and to verify its adaptations to the Brazilian reality, the present study joins the main bibliographies that deal with the articulations of the Brazilian abolitionist movement with the transnational abolitionist network. And it answers the following question: How did a transnational connection of the Brazilian abolitionist movement contribute to the end slavery process? It was possible to conclude that the transnational connection of the movement was fundamental for the abolition process, taking into account that it was articulated with internal and external agents, shaping and acting in favor of the abolition of slavery.

Keywords: Brazilian abolitionist movement; antislavery transnational network; international abolitionist strategies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Associação Central Abolicionista
BFASS	British and Foreign Anti-Slavery Society
CA	Confederação Abolicionista
CCE	Comissão Central Emancipadora
GT	Gazeta da Tarde
SBCE	Sociedade Brasileira Contra a Escravidão
SCL	Sociedade Cearense Libertadora
SCT	Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	11
A GÊNESE DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO	11
1.1 Contexto internacional	11
1.2 A lei do Ventre Livre	14
1.3 Os primeiros contatos entre abolicionistas brasileiros e a rede transnacional abolicionista	17
1.4 A instabilidade política brasileira	20
CAPÍTULO 2	22
O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO E A APROPRIAÇÃO DO REPERTÓRIO ABOLICIONISTA INTERNACIONAL	22
2.1 A apropriação do repertório estrangeiro e a combinação de modelos internacionais	23
2.2. Expansão do espectro de apoiadores: classe, gênero e raça	28
2.3 O ativismo político abolicionista: Rebouças, Gama, Patrocínio	34
CAPÍTULO 3	36
EXPANSÃO DA CAMPANHA ABOLICIONISTA: INTERNACIONALIZAÇÃO, NACIONALIZAÇÃO E MÉTODO BUMERANGUE	36
3.1 Nabuco, o método bumerangue e a internacionalização da campanha	36
3.2 Campanha nacional e internacional	38
3.3 As correspondências de Nabuco	40
3.5. Nacionalização da campanha e o ativismo portátil	45
3.6. Antes e depois de Cotegipe	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A narrativa sobre o processo de abolição da escravidão no Brasil, inicialmente, se debruça sobre a questão da pressão britânica pela abolição do tráfico de escravos. A política exterior brasileira, depois de 1831, se baseava na obra de dismantelamento da posição hegemônica da Grã-Bretanha, particularmente a sua dominação política, e a resposta a isso foi a “separação” dos elementos transferidos de Portugal, que resultou no conflito sobre o tráfico de escravos. Em 1850, a lei Eusébio de Queiroz determinava o fim da batalha contra o tráfico de escravos. A versão que prevaleceu sobre a quem se dava o mérito pela supressão do tráfico foi a que afirmava que dificilmente o Brasil conseguiria aniquilar o tráfico sem a ingerência e coação da potência inglesa (RICUPERO, 2017).

A diplomacia brasileira obteve sucesso ao se libertar das limitações dos tratados desiguais pelos quais o país era submetido, mas a fase seguinte da política externa seria dominada pelos conflitos que viriam com Uruguai, Argentina e Paraguai. E foi nesse momento que criou-se o pretexto para reinserir a escravidão na agenda institucional e adiar a abolição (RICUPERO, 2017).

Em fins dos 1870, depois de a política exterior do Império ter cumprido o que foi proposto, as reformas feitas assumiram caráter de “meias medidas, de iniciativas demoradas, ambivalentes, mal acabadas”. Todas as leis e medidas tomadas para o fim da escravidão, que era “o principal dos estorvos no caminho da real modernização”, faziam parte do longo processo gradual de abolição da escravidão. A instabilidade administrativa do Estado Imperial impossibilitava a própria estabilidade política do regime e qualquer ação contínua e de longo prazo (RICUPERO, 2017, p. 239).

Existe uma vasta bibliografia a respeito dos principais agentes que contribuíram para o fim da instituição, que inclui a explicação econômica que afirma que o capitalismo brasileiro exigiu mercado de trabalho livre, a justificativa cultural que privilegia a resistência dos escravizados, e as que dão destaque às instituições políticas. Não se ignora a relevância de nenhum desses agentes, mas se destaca aqui o protagonismo do movimento abolicionista. A partir dos pretextos criados pelo Estado Imperial para adiar a abolição da escravidão houve solicitações estrangeiras para que as autoridades tomassem providências a respeito da “instituição servil”. Mas quem estabeleceu conexões internacionais pela causa antiescravista foram os ativistas abolicionistas.

Stamatov (2010) aponta que expressões de sentimentos antiescravistas já eram observadas a partir de 1767 e os quakers na Pensilvânia foram os primeiros comprometidos com a causa. E em 1789 e 1792, sociedades antiescravistas se formavam nos Estados Unidos, enquanto britânicos contactavam abolicionistas na Grã-Bretanha e no exterior, incluindo a França, que em 1788 também tinha uma sociedade antiescravista aos moldes britânicos. Stamatov considera que houve uma propagação transnacional do antiescravismo, que formou então um movimento internacional, que durou até a abolição da escravidão no Brasil.

O presente trabalho trata da dimensão transnacional do movimento e o ativismo abolicionistas, considerando a existência de uma rede transnacional que foi veículo para a difusão de ideias e estratégias de um movimento social doméstico para outro (KECK E SIKKINK, 1998). De acordo com as autoras Keck e Sikkink (1998), é possível lidar com a definição de “*transnational advocacy network*” ao tratar da campanha antiescravista, pois existiu um conjunto de organizações que usaram o cenário internacional compartilhando valores com um discurso comum e trocas carregadas de informações. Em adição, Stamatov (2010) afirma que o movimento transnacional antiescravista é o primeiro exemplo moderno, no século XIX, de “*long-distance advocacy networks*” que abrangem o espaço geográfico e são motivadas por ideias para influenciar a política.

Das bibliografias existentes que tomam as manifestações abolicionistas como objeto de estudo, destaca-se aqui os autores: Drescher (2011) que trata do tema escravidão e movimentos abolicionistas dos séculos XVIII e XIX; Alonso (2015) que apresenta o primeiro movimento social do Brasil; e Rocha (2009) que trata do ativismo de Joaquim Nabuco e sua relação com a sociedade abolicionista britânica.

No intuito de buscar quais foram os aspectos apropriados do movimento internacional pelo movimento brasileiro e verificar suas adaptações à realidade brasileira, o presente estudo une as principais bibliografias que lidam com as articulações do movimento abolicionista brasileiro com a rede abolicionista transnacional. E responde à seguinte pergunta: Como a interface transnacional do movimento abolicionista brasileiro contribuiu para o processo de abolição da escravidão?

Para responder à pergunta, o texto foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo tratei da gênese da mobilização brasileira, que incluiu analisar o contexto internacional e as repercussões dos acontecimentos, expor os vários eventos políticos que favoreceram a aprovação da Lei do Ventre Livre, o contexto político doméstico e os primeiros acessos dos brasileiros à rede abolicionista estrangeira. No segundo capítulo, analisei as características do movimento abolicionista brasileiro, sua capacidade de se apropriar e

combinar modelos estrangeiros abolicionistas, seus apoiadores e ativistas. E por fim, no terceiro capítulo procurei analisar a expansão da campanha, as reações dos escravistas e do governo, as estratégias abolicionistas em resposta a isso, a nacionalização e internacionalização da campanha.

CAPÍTULO 1

A GÊNESE DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO

Este primeiro capítulo tem como objetivo analisar os primeiros passos em direção ao movimento abolicionista brasileiro, observando os acontecimentos no cenário internacional que repercutiam no país; a Lei do Ventre Livre, que esteve relacionada a vários eventos políticos; os primeiros contatos entre abolicionistas brasileiros e a rede estrangeira; e a conjuntura política brasileira.

1.1 Contexto internacional

Estados Unidos, Cuba e Brasil eram as três grandes regiões escravistas da América do século XIX, tendo experiências políticas em comum. A Guerra Civil norte-americana foi o motivo do desaparecimento da “internacional escravista”¹ e repercutiu sobre a instituição escravista no Brasil e em Cuba. É inquestionável que qualquer movimento brusco que houvesse, abalando as estruturas dessa instituição em uma dessas regiões seria fatal para as outras duas, já que suas produções “remodelaram suas economias em um jogo de condicionamentos mútuos” graças a “segunda escravidão”, período do auge da escravidão no Novo Mundo em número de escravos, produtividade e exploração (PARRON E MARQUESE, 2011, p.99).

As mudanças rumo às abolições no cenário internacional estavam acontecendo desde o século XVIII, o fim do escravismo nos impérios inglês, francês, português e holandês pouco servia de modelo já que a escravidão era colonial, mas tinham seus efeitos em diferentes níveis na sociedade brasileira e na colônia espanhola. A Guerra Civil Americana e seus desdobramentos dialogaram com as dinâmicas internas do escravismo brasileiro em seus diversos níveis e a guerra foi uma das transformações em curso no âmbito internacional que se articularam com a realidade exterior determinando o destino da escravidão no Brasil. É de se imaginar as repercussões da Guerra Civil norte-americana no Brasil, sendo que a partir da década de 1830, tinham seus dois sistemas escravistas convergidos econômica e politicamente. De acordo com Marquese (2015), a produção de café brasileira tinha os

¹ conceito desenvolvido por Marquese e Parron (2011) que demonstrou como essas três regiões passaram a reagir ao abolicionismo internacional, na década de 1830, com o surgimento do movimento abolicionista anglo-americano.

Estados Unidos como seu maior mercado, além da atuação dos Estados Unidos como esteio do Brasil, facilitando a expansão do seu sistema fornecendo barcos, capitais e bandeira para o tráfico ilegal.

Quanto a reação inicial à Guerra, embora a posição brasileira tenha sido neutra, o governo era simpático ao Sul escravista. Até 1862, a expectativa no Brasil era de que o Sul ganharia a guerra, mas em janeiro de 1863, com a Proclamação Preliminar de Emancipação confirmada, se alteraram as expectativas e o Brasil ficou em estado de alerta.

O estado imperial via-se pressionado pela opinião pública internacional novamente, como em 1867 que a sociedade abolicionista francesa questionava o imperador sobre seu posicionamento a respeito das iniciativas em prol do fim da escravidão. Como afirmou Marquese (2015, p.43), “(...) o desenrolar do conflito norte-americano voltava a colocar o Império do Brasil sob o risco de isolamento, exigindo de seu alto comando político que se aventurassem alternativas de saída gradual do compromisso nacional com a instituição.” Já se percebia então as primeiras iniciativas antiescravistas apresentadas ao Parlamento. Miranda (2017) expõe a tentativa do estado imperial de amenizar o estado da escravidão, que não passava de estratégias para prolongar o sistema, como o projeto do deputado Silveira da Mota que proibia a separação da família e o direito da compra da liberdade.

A guerra civil americana influenciou a busca por caminhos que evitassem o conflito similar no Império, ajudou a definir as medidas tomadas para o fim da instituição e, as escolhidas, não sem dupla resistência, foram: reformistas e gradualistas. A condução do processo de emancipação no Brasil teria a abolição estadunidense como um exemplo a não ser seguido. Inicialmente, os jornais destacavam o cotidiano da guerra e questões diplomáticas, não só por causa da preocupação com o conflito com o Paraguai, mas também na tentativa de evitar estimular a discussão sobre a abolição. Nada obstante, posteriormente, os jornais foram um dos meios de circulação de ideias abolicionistas, explicitando a influência do conflito estadunidense nos discursos dos intelectuais brasileiros sobre escravidão e abolição, e nos debates sobre a elaboração de lei emancipacionista e nas narrativas da década de 1880. O conflito influenciou também na tendência imigrantista do estado imperial, que se viu como principal destino às famílias confederadas exiladas. Entre 1867 e 1968, se comparado às outras nacionalidades, o fluxo de imigrantes americanos para o Brasil era o maior (MIRANDA, 2017).

Com a Revolução do Haiti (1791-1804), em que os negros se rebelaram contra a escravidão, proclamaram independência (1804) e colocaram em prática princípios da Revolução Francesa, a elite brasileira se atemorizava. O temor se intensificou com o

desenrolar das revoltas, como as insurreições baianas, apesar de não alcançarem seus objetivos (AZEVEDO, 1987). De acordo com Miranda (2017), essas revoltas tinham sua “dimensão radicalizada à luz do fenômeno da abolição americana”, considerando também as rebeliões escravas que estiveram provavelmente relacionadas a repercussão da guerra, como a Revolta do Serro, em Minas Gerais (1864).

Já havia um certo esforço do Estado imperial em amenizar a escravidão, entretanto, o início da Guerra do Paraguai coincidiu com o fim da Guerra Civil norte-americana, e embora tenha pausado as iniciativas pela abolição, contribuiu para a crise do sistema escravista. A prioridade era resolução do conflito (1865-1870) e o gabinete Itaboraí conservador estagnou todas as iniciativas relativas à tramitação do projeto emancipacionista entre 1869 e 1870. Entretanto, como Alonso (2015, p. 36) afirma, a guerra contra o Paraguai fez com que a escravidão voltasse a agenda política em 1866, “a frente de batalha consumia cadetes aos magotes e obrigou o Conselho de Estado a discutir a engorda da tropa pela conversão de escravos libertos em soldados”.

Desde o início da Guerra do Paraguai, os ex-escravos estiveram presentes nas fileiras das forças brasileiras, seus recrutamentos não eram numerosos no início da campanha e se limitavam a motivação de seus proprietários (até novembro de 1866). Eles eram recrutados por substituição a homens ricos ou doação pelos proprietários que deveu-se à primeira onda de demonstrações patrióticas. Nos dois primeiros anos da guerra, as autoridades esperavam que ela fosse curta, por isso dispensaram arranjos específicos para adquirir escravos. O prazo que se esperava para o fim da guerra foi ultrapassado e as condições criavam outro cenário. Entre 1866 e 1868, se percebia uma crise em escala nacional, que fez com que os agentes governamentais optassem pelo recrutamento de escravos (IZECKSOHN, 2015). As dificuldades estavam justamente em montar um exército em uma sociedade escravista, e elas contribuíram para o agravamento da crise da instituição escravista.

A urgente necessidade de homens nas tropas brasileiras fez com que Dom Pedro II anunciasse a intenção do governo em estimular uma política de emancipação com indenizações. As consequências disso são pouco tratadas, mas instigou reações contra a libertação e o alistamento de ex-escravos, por parte da igreja e dos grandes proprietários se desdobrando na instabilidade da Monarquia (IZECKSOHN, 2015).

Ainda sobre a conjuntura internacional, a fundação da Sociedade Abolicionista Espanhola em 1865, também contribuiu para a concepção de que mais cedo ou mais tarde o Brasil teria de adotar medidas emancipacionistas. Apesar do primeiro período da Sociedade (1865-1866) ter sido limitado a proclamar a liberdade do negro sem considerar o método de

alcançá-la, e o governo conservador ter proibido as reuniões públicas da Sociedade, o desenrolar da luta abolicionista nos anos posteriores serviram de modelo mais tranquilo para o Brasil escravista. A “*Ley Preparatoria*”, também chamada de *Lei Moret* ou “*Ley de vientres*”, mesmo não satisfazendo os abolicionistas, significava um passo a frente. De acordo com a lei, os nascidos de mães escravizadas e os que chegavam aos 60 anos tinham sua liberdade concedida, e em 1871 no Brasil seria aprovada uma lei parecidíssima, que em várias partes da América havia funcionado (CASTELLANO, 1965). A primeira grande vitória da Sociedade foi a abolição em Porto Rico em 1873, o que acabava deixando o Brasil ainda mais sozinho na “praia escravista”, como diz Alonso (2015).

1.2 A lei do Ventre Livre

El Youssef (2015) entende que o isolamento internacional do Brasil, depois que Espanha encaminhava discussões pela abolição gradual da escravidão, aconteceu porque a Guerra do Paraguai impediu o país de seguir pelo mesmo caminho espanhol naquele momento. Para El Youssef (2015), a guerra postergou a aprovação de leis relacionadas a escravidão, mas não estagnou o debate relativo a abolição. Diferente de Soares (2015) que demonstra a aproximação entre os acontecimentos Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre. Em 1866, Dom Pedro II propôs libertar escravos para recrutá-los a Guerra do Paraguai, mas em momento algum se referiu a crise de recrutamento em conexão com a questão servil. O contexto era de agitação emancipacionista interna e externa (década 1860). A causa servil estava se “levantando”, graças às associações de libertos, as sociedades emancipadoras, imprensa, literatura e pressões externas. Alonso (2015) tem como critério para datar o início do movimento a criação de associações antiescravistas. Durante os debates sobre a Lei Eusébio de Queirós, as primeiras sociedades antiescravistas eram fundadas, mas apenas ao fim dos anos 1860 é que fala-se de movimento social com a onda de criação de associações.

Surgiram 25 associações antiescravistas enquanto se debatia sobre o ventre livre (1869-1871), justamente das províncias em que Liberais Radicais agitavam a opinião pública (ALONSO, 2015). E o Imperador sabia da complexidade em mexer com os interesses dos senhores de escravos desde quando tentou levar adiante projetos abolicionistas de Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, e foi travado pela delicadeza do assunto (EL YOUSSEF, 2015). Então Dom Pedro II usou de artifício patriótico, deixando de lado a questão servil e

fazendo entender a importância do recrutamento para combater o inimigo do Império brasileiro (SOARES, 2015).

A historiadora e cientista política Laidler (2011) afirma que o processo do qual se originou a Lei do Ventre Livre é controverso. Soares (2015) aponta que o modo de agência dos abolicionistas pelas pressões não abalaram a estrutura escravocrata, e defende a ideia de que não foram pressões externas que redundaram na Lei, mostrando como o decreto 3.725 de novembro de 1866, que garantia a liberdade de filhos e esposas dos libertos de guerra, causou mudanças estruturais se desdobrando na Lei do Ventre Livre. Laidler (2011) afirma ser inegável a participação do Imperador e a ação direta da Coroa, mas observa que houve fatores que antecederam essa atitude interna. E Ré (2019) segue a mesma ideia, interpretando que a Lei esteve relacionada a vários eventos políticos e não apenas a decisões de caráter nacional.

Ré (2019) demonstra a influência de um acordo informal entre o governo brasileiro e a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (BFASS) sobre a adoção de medidas emancipacionistas, particularmente a Lei do Ventre Livre. Enquanto a BFASS se encarregava de restabelecer as relações diplomáticas entre Grã-Bretanha e Brasil e trabalhava pela revogação da *Lei Aberdeen*², o governo brasileiro se comprometia a adotar medidas emancipacionistas (RÉ, 2019).

El Youssef (2019) argumenta sobre a necessidade de se pensar a Lei do Ventre Livre como resposta completa do governo para a crise global da escravidão e uma conjuntura inaugurada pela Guerra Civil norte-americana, as questões espanholas e a guerra do Paraguai. Mesmo assim, destaca que não podemos tomar a conjuntura externa como condicionante, já que a aprovação da Lei dependeu das articulações internas e externas, e envolveu vários atores históricos, especialmente Dom Pedro II.

Pedro II via a guerra como forma de “levar civilização à barbárie paraguaia”, o que era contraditório já que toda a estrutura socioeconômica do Império estava assentada na escravidão. O autor Youssef (2019) destaca a preocupação com a reputação brasileira no âmbito internacional, as pressões externas pesavam sobre o Imperador, mas o mesmo aprovou o decreto de 1866 justificando a aprovação apenas por questões bélicas.

Em 1867, os conselheiros foram consultados sobre a adoção do Ventre Livre e o debate se intensificava. Mas apenas em 1870, com o fim da guerra, é que se iniciaram as discussões para o encaminhamento à abolição, principalmente no momento em que Espanha

² A lei permitia a interceptação, pelos cruzadores britânicos, de navios brasileiros suspeitos de traficar escravos e os encaminhava a julgamento em tribunais britânicos. Essa lei feria a soberania do Brasil, e sempre houve esforços para revogá-la.

havia aprovado a *Lei Moret* para o seu território na Ilha de Cuba (EL YOUSSEF, 2015). Soares (2015) afirma que os argumentos se dividiam em dois blocos (nas discussões do Conselho de Estado): emancipacionistas e conservadores da ordem escravocrata. Os que eram a favor da emancipação gradual argumentavam que as medidas seriam necessárias pois a situação ficaria insustentável, os escravos acabariam virando um risco à ordem pública. Os que eram contra as medidas emancipacionistas, argumentavam que alforrias incitariam rebeldia (SOARES, 2015). Nos debates sobre o projeto do ventre livre, a oposição defendia a situação escravista com três argumentos: “o efeito perverso da reforma, sua futilidade e a ameaça que representaria para a ordem social.” (ALONSO, 2015, p.61).

A ‘batalha parlamentar’, as discussões em torno do projeto sobre a emancipação envolviam uma contradição, ao mesmo tempo que reconheciam a necessidade de extinção da escravidão, havia a defesa aos direitos da lavoura ou da propriedade privada (interesse essencial da ordem pública). Laidler (2011) destaca o caráter público do discurso, a maioria reconhecia a importância da emancipação. Tinha-se conhecimento de que o escravismo brasileiro era favorável a emancipação, “mesmo os contrários aos projetos de emancipação justificavam-se através de argumentos que retardavam o processo, defendendo a ideia de que eram necessárias medidas preparatórias, mas nunca fazendo a defesa da escravidão.” (LAIDLER, 2011, p.172).

A socióloga Alonso (2015, p.66) afirma que a partir do momento em que o repertório moral abolicionista se consolida na conjuntura internacional, a “retórica de reação” do escravismo se apresenta como um “escravismo de circunstância”, que dava sustento a ação do escravismo político, “conjunto de práticas de resistência: petições, discursos, panfletos, artigos de imprensa, folhetins, versos, reuniões, bloqueio nas instituições políticas e articulação de braço na sociedade, os Clubes da Lavoura”. O escravismo brasileiro foi enrustido, de circunstância e não de princípio. Os escravistas foram obrigados a justificar a instituição mas não a defenderam, justificavam mantê-la ou retardar o seu fim devido às circunstâncias que o país se encontrava. Não defenderam a escravidão, mas sim a situação escravista (discursos indiretos, discretos e dissimulados em defesa da escravidão).

Parte da historiografia denuncia o sequestro da agenda liberal por Paranhos, o Visconde do Rio Branco (presidente do Conselho que sancionou a lei de 1871), mas Soares (2015) afirma não ter sido sequestro, para ele, Rio Branco soube conciliar questões do partido Conservador e do Liberal. Em 1869, como ministro plenipotenciário enviado a Assunção, foi obrigado a se deparar com a pressão estrangeira que via contradição na imposição de valores civilizatórios ao Paraguai enquanto país escravocrata cujo exército era composto de libertos

de guerra. Pimenta Bueno, que havia sido escolhido para o novo ministério, não tinha apoio político suficiente. Diferente de Paranhos que convenceu os parlamentares brasileiros a aprovarem a lei do Ventre Livre (EL YOUSSEF, 2015).

Quando a Lei foi aprovada, obteve sucesso entre aqueles que tinham seus interesses garantidos. Mantinha-se o escravo na mesma posição - ainda reinventavam a figura do ingênuo – o nascido de ventre livre que seria tutelado pelos proprietários de sua mãe -, não estabeleceram nenhum prazo para o fim da escravidão, acreditava-se que com o tempo a sociedade se adaptaria a não renovação da população escrava sem ter prejuízos imediatos. Parte da historiografia acredita que a Lei foi uma forma de garantir segurança aos proprietários e manutenção da escravidão. Laidler (2011) afirma que não é possível sustentar o argumento de que a Lei foi uma forma de manutenção do escravismo, já que parte do bloco escravista era contrário à sua aprovação. A Lei serviu para desconstruir moralmente a instituição. Alonso (2015) complementa afirmando que a Lei foi aprovada com limitações e funcionaria no futuro, mas colocava a escravidão em risco e tudo o que essa instituição carregava; colocou fim a um futuro regime social e econômico escravista.

1.3 Os primeiros contatos entre abolicionistas brasileiros e a rede transnacional abolicionista

Antes de se falar em movimento social abolicionista brasileiro, os abolicionistas começaram seus primeiros contatos, o que Alonso (2015) chamou de “abolicionismo de elite”, fase em que os membros das associações antiescravistas eram da elite social, dariam início a uma série de articulações entre abolicionistas brasileiros e estrangeiros.

A BFASS foi fundada em 1839, em 1909 se fundiu com a Sociedade de Proteção aos Aborígenes, e é considerada a instituição mais duradoura a defender os direitos humanos. Na década de 1880, a aliança entre a BFASS e o abolicionismo brasileiro tinha como estratégia a divulgação no *Anti-Slavery Reporter* (periódico da BFASS) dos desdobramentos do abolicionismo no Brasil, e a promoção dos abolicionistas brasileiros. A BFASS em 1843 enviou sua primeira mensagem ao governo brasileiro para informar sobre o segundo Congresso Abolicionista, e desde então exerceu pressão sobre o império brasileiro para o encaminhamento ao fim da escravidão (RÉ, 2017).

Inicialmente, antes da década de 1830, os abolicionistas britânicos concentraram esforços no combate ao tráfico de escravos acreditando que ele extinguiria a escravidão por

consequência, o que não ocorreu, por isso a estratégia se alterou e eles passaram a defender então a abolição da escravidão no mundo todo. Após a abolição nas Índias Ocidentais em 1838, o movimento abolicionista britânico teve como alternativa internacionalizar o movimento. Uma das principais estratégias da BFASS foi incentivar a “criação das sociedades abolicionistas nos países escravistas e o estabelecimento de correspondentes que pudessem enviar informações sobre o assunto para a sua sede em Londres” (RÉ, 2017, p. 297).

O que se sabe de acordo com análises de documentos é que o movimento abolicionista britânico atuou de forma clandestina em outros países, inclusive no Brasil. Em 1839, um casal britânico foi enviado ao país para uma missão secreta: coletar informações sobre o tráfico de escravos e a escravidão (RÉ, 2016). De acordo com Ré (2016), fontes documentais explicitam o acordo entre a BFASS e o casal para coletar informações sobre o sistema escravista brasileiro, que envolvia a situação em si, o tráfico, as condições dos escravos e dados comerciais. Eles atingiram o propósito e as informações captadas foram publicadas pelo *Anti-Slavery Reporter* durante o ano de 1841 (RÉ, 2016).

Em 1852, abolicionistas britânicos desembarcaram no Rio de Janeiro para uma missão abolicionista da Sociedade Religiosa dos Amigos da Grã-Bretanha e Irlanda, que consistia na entrega de um Memorial ao Imperador brasileiro. Essa missão deu oportunidade ao contato entre a *Sociedade Abolicionista Britânica e Estrangeira (BFASS)* e a *Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas (SCT)* (RÉ, 2017).

Em outubro de 1852, os quacres chegaram ao Rio de Janeiro, com a missão de entregar o Memorial contra o tráfico e a escravidão, verificar as condições dos escravos no Brasil, levantar dados econômicos do Império e examinar qual o nível de sentimento abolicionista da população. Havia uma mobilização diplomática por trás da visita da delegação, já que carregavam uma carta de recomendação do embaixador brasileiro em Londres ao ministro dos Negócios Estrangeiros e carta do ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha para o seu embaixador no Rio de Janeiro. O governo brasileiro escondeu da população o conteúdo do documento e divulgou que a visita dos quacres era para parabenizá-los pela extinção do tráfico de escravos (lei 4 de setembro de 1850). Os quacres contaram com a ajuda da SCT para divulgar o conteúdo do documento e os motivos da missão. Houve uma sessão extraordinária lançada pela Sociedade na qual participou também participaram, os reais motivos foram esclarecidos e eles souberam das intenções da SCT.

A SCT foi fundada em 7 setembro de 1850, pelos sócios modernizadores da elite imperial, justamente para sugerir que a abolição representaria um avanço civilizacional. Mas

antes da sua institucionalização, seus integrantes já estavam comprometidos com a causa, pois o jornal *O Philantropo* (abril 1849- 1852), órgão de imprensa da SCT, foi criado antes mesmo da Sociedade. A SCT tinha como objetivo principal a defesa de medidas que garantissem o fornecimento de mão de obra para a lavoura, entre outros objetivos como a criação de colônias para estrangeiros e brasileiros e a “civilização” dos indígenas. A Sociedade apenas propunha a adoção de medidas que enfraquecessem a escravidão no futuro, “as principais propostas eram: impedir a aquisição de escravos por estrangeiros; conceder liberdade aos nascituros de ventre escravo; permitir que o escravo constituísse um pecúlio para que pudesse comprar sua alforria; e criar um imposto progressivo sobre a posse de escravos.” (RÉ, 2017, p. 305-306).

Quando a BFASS soube da existência da SCT, com a visita da delegação quacre, o secretário da instituição entrou em contato e começaram as trocas de correspondência entre as instituições. Os britânicos subordinavam os grandes jornais, como estratégia para promover o sentimento abolicionista no Brasil, e embora a SCT tenha recebido suborno do governo britânico, apenas em 1855 as instituições firmaram relações. “A SCT estabeleceu relação com a *British and Foreign Anti-Slavery Society* e começou a promover meetings, modelados nas reuniões públicas inglesas” (ALONSO, 2015, p. 34). É importante destacar que a Sociedade percebeu o caráter impositivo da BFASS, e esclareceu que “formulava suas propostas contra a escravidão a partir da conjuntura e da realidade brasileira, e não em modelos estrangeiros” (RÉ, 2017, p.298).

A partir de 1860 houve uma proliferação de livros, artigos e propostas de lei no Brasil que pensavam o futuro do país. Aurélio Cândido Tavares Bastos (membro do Partido Liberal) e o conservador Agostinho Marques Perdigão Malheiros tinham relações com a BFASS e propunham a abolição gradual. Tavares Bastos propunha “aplicar a lei de 1831, concentrar escravos no campo, taxar sua posse nas cidades, proibi-la a estrangeiros e prover emancipação gradual por meio de um pecúlio para a compra de alforrias, libertações anuais à custa do Estado e data-limite para acabar com a instituição em províncias com poucos cativos” (ALONSO, 2015, p. 32). E o conservador Malheiros chegou a discursar na Ordem dos Advogados por uma Lei do Ventre Livre tendo a Espanha como modelo. Já o visconde Jequitinhonha, via a solução russa como melhor modelo a ser seguido: abolição em quinze anos, sem indenização aos proprietários de escravos.

A BFASS enviou uma petição pelo fim da escravidão no Brasil a Dom Pedro II, em 1864. Mas o Brasil tomava “rumo contrário ao do resto do mundo”, apesar de Zacarias,

Membro da Liga Progressista, ter dado atenção a questão servil em 1864, logo quando saiu do ministério, a questão da escravidão também saiu da pauta das instituições políticas.

Em julho de 1866, a *Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão* juntamente com Abílio Borges, aristocrata imperial que estabeleceu relações com os abolicionistas estrangeiros (inclusive foi membro da BFASS), enviaram ao imperador uma petição emancipacionista assinada por políticos franceses e intermediada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da França. Dessa conexão com a rede abolicionista transnacional, Borges apostava no “vexame externo” para empurrar a questão de volta à agenda institucional. O documento constrangeu Dom Pedro, que reconheceu que a má reputação do Império estava ligada às faltas de iniciativas em prol da abolição e afirmou que apesar da dificuldade de tratar a questão, a solução estava conectada a forma como o processo ocorreria e a oportunidade.

Em relação a forma de ativismo de Borges, Angela Alonso (2015) chamou de “associativismo abolicionista”³, que obteve resultado pelo “efeito bumerangue”, a aliança com os abolicionistas estrangeiros que afetou o sistema político brasileiro. O “padrão bumerangue” idealizado pelas autoras Keck e Sikkink (1998), pode ser usado, como fez a autora Alonso (2015), para identificar uma das estratégias utilizadas por Borges, que posteriormente foi usada por Joaquim Nabuco. O modelo das autoras é compatível a situação tratada na medida em que os ativistas “ignoram” o Estado brasileiro e se vinculam diretamente aos abolicionistas estrangeiros que estão engajados na luta da rede transnacional abolicionista pela abolição global, para dar “publicidade” a questão servil, com a opinião pública internacional e apelar pelo fim da escravidão às autoridades brasileiras. Borges conectou mobilização nacional e estrangeira, na tentativa de mobilizar recursos e alianças no exterior para afetar e pressionar a política doméstica (ALONSO, 2015).

1.4 A instabilidade política brasileira

O imperador, para não se comprometer, oscilava os interesses entre os dois partidos opostos e entre “conduzir e frear” reformas que abalasses o sistema político, ora apoiava o emancipacionismo liberal ora o escravismo conservador. Em 1868, durante o ministério conservador, a abolição foi novamente retirada da agenda institucional. Além disso, deu-se início a uma crise política. Os Liberais ficaram contra a nomeação do governo conservador e

³ Esse “associativismo abolicionista” estava ligado ao investimento em “associações civis e arrimo estrangeiro porque [os abolicionistas] achavam ouvidos moucos na Câmara e no Senado, onde a abolição era o melindre dos melindres” (ALONSO, 2015, p. 38)

criticaram as instituições imperiais e divulgaram através dos jornais a intenção de modernização política e econômica, abolição gradual, e o pedido de ventre livre por manifesto.

Em resposta, o governo conservador aderiu a modernizações. Rio Branco, que ficou no governo até 1875, levou adiante não só a Lei do Ventre Livre, mas também reformas judiciária, eleitoral, comercial, investiu em infraestrutura urbana, incentivou negócios, expandiu as comunicações com a instalação de telégrafo entre outras muitas mudanças. Todas essas iniciativas demandaram profissionais qualificados. E com novo maquinário, foi possível uma nova imprensa, com produção de revistas e livros. A modernização possibilitou a expansão de serviços e comércios nas cidades, que viraram locais de debate de artes e política na Corte, dando voz às outras classes sociais que não acessavam as instituições políticas.

Com a crise política intraelite e a entrada de novos atores no debate político, as mudanças que ocorreram deram condições para que o primeiro ciclo de mobilização abolicionista acontecesse. Com essa agitação, o debate público sobre a escravidão foi legitimado, o “associativismo abolicionista” cresceu, justamente com as associações que foram fundadas espalhadas pelo país⁴.

⁴ “Associações apareceram no Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo” (ALONSO, 2015, p. 39).

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO E A APROPRIAÇÃO DO REPERTÓRIO ABOLICIONISTA INTERNACIONAL

Em 1879, assumiu a chefia do ministério Cansação de Sinimbu – Visconde de Sinimbu -, “sem eira para abolicionistas”, e a escravidão voltou à agenda das instituições políticas. A reação escravista seguiu implacável e o debate sobre a escravidão voltou a tona. Abolicionistas pioneiros passavam temas e estratégias para a geração mais nova, o que desembocaria em nova onda de mobilização (ALONSO, 2015).

Só houve mudança de mentalidade da sociedade escravista quando a sociedade brasileira passava por um processo de modernização (1860-70) e difusão de novas ideias e novo tipo de sensibilidade. Uma das argumentações abolicionistas era a que colocava a escravidão como usurpadora do direito natural à liberdade, essa lógica via o escravo como portador de direitos naturais e a liberdade como pré-requisito para uma nação independente de verdade (ALONSO, 2015).

Outro argumento, que Alonso (2011) diria “o novo repertório moral”, estava relacionado à sensibilidade antiescravista que alimentou o abolicionismo inglês. A retórica da compaixão provocava um olhar diferente sobre os escravizados; as imagens veiculadas eram de sofrimento e humilhação, e davam aos negros personificação. A retórica do progresso também se fez presente, no sentido de atrelarem liberdade à civilização. O abolicionismo brasileiro utilizou da política científica que deu o tom a estratégia de mobilização de associações civis.

O escravismo foi por muito tempo tácito; o abolicionismo foi sempre explícito. Dos anos 1850 aos 1870 cristalizou-se por aqui um repertório moral antiescravista, amparado nas retóricas do direito, da compaixão e do progresso. Repertório mais amplo que os movimentos abolicionismos anteriores, que adentrou à religião e à arte, a ciência. As três alimentaram a deslegitimação da escravidão por inconciliável com o direito, a sensibilidade e a civilização modernas, cevando uma retórica da mudança. Esse novo estilo de pensamento desautorizava a retórica da reação do escravismo de circunstância, baseado, de sua parte, na economia e na ratio política. Enquanto o escravismo foi realista até o osso, o abolicionismo teve esta ignição ao mesmo tempo cientificista e sentimental. (ALONSO, 2011, p.29)

2.1 A apropriação do repertório estrangeiro e a combinação de modelos internacionais

O repertório abolicionista internacional, que os brasileiros mais tinham contato, consistia em pelo menos três formas de abolicionismo. O primeiro seria o estilo inglês e estadunidense, que tinham estratégias parlamentares e campanhas no espaço público, utilizando jornais, associações, petições, boicotes e meetings. O estilo francês seria mais elitista, valendo-se de lobby e ferramentas do sistema político. Enquanto que o estilo haitiano era extremo, com rebeliões escravas (ALONSO, 2015).

Não era possível replicar o modelo anglo-americano pelas diferenças de contexto. Uma delas era o público-alvo; no Brasil o número de pessoas alfabetizadas era minúsculo⁵, o que dificultava espalhar livros, panfletos, jornais e petições como o modelo inglês e estadunidense. Por isso, o abolicionismo brasileiro buscou outra estratégia, linguagens não escritas (ALONSO, 2015).

O abolicionismo estadunidense oitocentista se expandia por meios legais, petições e acordos formais e não por agitação e desobediência civil. Dentro da comunidade quacre se iniciou uma campanha divulgada pelos panfletos com argumentos teológicos que consideravam a “irmandade de todos os seres humanos”. Silva (2019) aponta para a retórica dupla do abolicionismo: judicativa e poética. Ele explica como Anthony Benezet e sua retórica da persuasão moral foi modelo para os textos abolicionistas que viriam mais tarde, panfletos, sermões ou narrativas. Tratava-se do “apelo persuasivo” (DA SILVA, 2019).

A geração de 1830 inovou as estratégias e aceitaram negros livres e fugidos como membros do grupo abolicionista. “Diferente dos quacres setecentistas e da *Pennsylvania Abolition Society- PAS*, abolicionistas da geração de 1830 perderam parte da crença que sustentava o gradualismo: a abolição não seria conquistada eventualmente, por força do desenvolvimento natural da democracia norte-americana” (DA SILVA, 2019, p.54).

A autora Célia Maria de Azevedo (1996) destaca a diferença dos discursos abolicionistas estadunidense e brasileiro apresentando as circunstâncias que a justificam: i) diferentes trajetórias para alcançar a independência política; ii) dimensão da participação do país como um todo na escravidão; iii) diferenças étnicas na composição populacional dos dois países; iv) diferenças de religião engendradas por processos distintos de povoamento.

Sobre a independência política, a vitória do republicanismo nos Estados Unidos e sua derrota no Brasil determinou o modo como os abolicionistas pensavam identidade nacional,

⁵ “Com os dados consolidados, a ignorância se alargou: apenas 15,7% da população de 9 930 478 pessoas era capaz de ler e escrever.” (ALONSO, 2015, p.126)

igualdade social e política e cidadania. Sobre a participação do país na escravidão, a sociedade brasileira participava como um todo, a classe de fazendeiros governava a população que era maioria escravizada, pobres, livres e de ascendência africana. Nos Estados Unidos a escravidão se concentrava apenas nos estados do sul desde fins do século XVIII. Essa dimensão fazia com que os abolicionistas pensassem escravidão, trabalho livre e abolição de modo diferente. Em relação às diferenças étnicas, no Brasil, os africanos e descendentes eram maioria da população e nos Estados Unidos era minoria. E em relação a imigração europeia, os Estados Unidos era refúgios desde o início da colonização, enquanto que o Brasil recebeu poucos imigrantes portugueses e apenas entre 1870 e 1880 a imigração em massa foi debatida por causa das questões de substituição de escravos por imigrantes brancos.

Os abolicionistas estadunidenses e brasileiros apresentavam noção iluminista de direitos naturais em seus discursos, mas os estadunidenses tinham inspiração religiosa histórica, “o sentimento implícito era de que o pecado da escravidão era ainda pior do que o pecado uma vez cometido pelos britânicos contra os colonizadores americanos” (AZEVEDO, 1996, p.100). E os brasileiros tinham inspiração secular-científica, eles recorriam a exemplos científicos para convencer sobre o erro da escravidão. Os brasileiros tinham um discurso mais voltado para a caridade e não para a questão de como as pessoas estariam cometendo pecado grave escravizando os negros. Diferente dos abolicionistas americanos “que reconheciam o pecado da escravidão à luz da verdade divina da igualdade de todos os seres humanos” (AZEVEDO, 1996, p.100).

O discurso abolicionista americano convidava os cidadãos a “tomar partido”, “como uma voz de fora da escravidão” lembrando-nos da existência do escravo. Faziam como fez a abolicionista britânica e quaker, Elizabeth Heyrick, que apelava para a culpa e chamava as pessoas a responsabilidade de apoiar e perpetuar a escravidão. No Brasil, os abolicionistas tratavam da escravidão se dirigindo as pessoas “de dentro”, que se envolviam e eram formadas pela cultura escravista, inclusive os próprios abolicionistas. Eles escreviam “sob o poder escravista”, eram contrários ao poder escravista do qual eles faziam parte, por isso não definiam o senhor como inimigo do escravo. “Se eles quisessem ser entendidos pelos próprios senhores e seus familiares, os abolicionistas brasileiros tinham de pintar um quadro que fizesse sentido no cotidiano do fazendeiro ou do senhor de escravo urbano” (AZEVEDO, 1996, p.103). Além disso, os conflitos entre senhores e escravos provocava essa imagem de inimigo doméstico. Os brasileiros não criticavam a escravidão fazendo referência ao fim completo da ideologia escravista. Enquanto os abolicionistas americanos colocavam o senhor de escravos em julgamento, os brasileiros colocavam o escravo.

Outra diferença era a participação da religião, os abolicionistas anglo-americanos usaram igrejas, pastores, vigílias, hinos e instrumentos das igrejas protestantes, que motivaram e legitimaram o movimento. Diferente de quando o abolicionista Abílio Borges iniciou cerimônias cívicas, já que a tradição brasileira era católica. Eram exceções padres e irmandades antiescravistas. E o movimento se estabeleceu como um reformismo, relacionado a questões de progresso e ciência (ALONSO, 2015).

Azevedo (1996, p.105) destaca também a relação que se estabeleceu entre o abolicionismo e a comunidade negra estadunidense,

a partir das primeiras décadas do século XIX, uma política de repressão abateu-se sobre os afro-americanos dos estados do norte, recém-saídos da escravidão. Essa política abriu caminho para o racismo, acarretando a crescente segregação dos negros em termos de moradia, transporte, trabalho, escolas, igrejas, bem como a sua exclusão do direito de voto. Houve contudo um desdobramento imprevisto: o fortalecimento da coesão social dos afro-americanos e da consciência dos seus direitos como cidadãos americanos.

Foi possível a comunicação entre abolicionistas negros e brancos, juntamente com a emergência de um movimento que defendia a abolição imediata. Apesar dos conflitos entre esses “dois abolicionismos”, eles se conectaram através da política e da religião. A população negra do norte foi incorporada a cultura euro-americana, durante os séculos XVII e XVIII, inglês, religião cristã, os “hábitos de homem branco”, tornando-se afro-americanos, mantendo o legado africano.

Os afro-americanos alcançaram a “consciência de raça” devido principalmente a separação do protestantismo branco do negro, possibilitando o surgimento de liderança negra independente; e com a leitura da Bíblia os pastores negros a tinham como arma já que podiam interpretá-la. Enquanto que no Brasil, os brancos e negros “viviam em dois mundos à parte” e a igreja branca controlava seus seguidores negros e a leitura da Bíblia era reservada apenas as autoridades da igreja (AZEVEDO, 1996).

O repertório antiescravista britânico “combinava lobby, associativismo, panfletos, manifestos, jornais e manifestações públicas (...) e contava com uma estrutura organizacional religiosa de quakers” (ALONSO, 2015, p.40). Não era possível fazer o mesmo no Brasil, visto que a igreja católica era parte do estado, os padres não tinham poder de questionar as instituições estatais por isso os abolicionistas brasileiros buscaram espaços laicos para sua propaganda, como Borges que utilizou de salões de agremiações, escolas, Câmaras municipais. Em 1870, Abílio Borges até solicitou ajuda ao papa Pio IX e nada adiantou, a Igreja continuou escravista (ALONSO, 2015).

Os abolicionistas hispânicos foram modelos nesse caso, já que o sistema político era fechado, a sociedade aristocrática e de tradição católica; eles também confrontavam instituições religiosas já que não podiam contar com elas. *A Sociedade Abolicionista Espanhola*, em 1865, em Madri, usou de espaços seculares, manifestos, panfletos, petições, exposições, procissões, comícios, passeatas.

Seymour Drescher (1995) apresenta algumas características peculiares do abolicionismo brasileiro dentro de uma perspectiva comparativa. O autor aponta para um contraste entre o modelo de abolicionismo anglo-americano e europeu-continental. O abolicionismo anglo-americano tinha características peculiares como longa duração e apelo popular. Houve uma tentativa de apelar a pressão pública, “usaram propaganda de massa, petições, jornais, comícios públicos, ações judiciais, boicotes, apresentando sempre a ação antiescravista radical como um imperativo moral e político” (DRESCHER, 1995, p.134). A organização do abolicionismo anglo-americano teve sua estrutura descentralizada e suas raízes nas comunidades locais. De certa forma, os anglo-americanos buscaram uma unidade com participantes que não necessariamente eram das elites, os “excluídos do processo político normal por razões de gênero, religião, raça ou classe.” (DRESCHER, 1995, p.134)

O abolicionismo europeu-continental tinha tendências diferentes destas. As lideranças não eram inclusivas ou não tinham poder para recrutar a massa. Estavam organizados em torno ou sob o poder do governo central, de onde partia as propostas de abolição e pós-abolição, agindo como conciliadores entre abolicionistas e senhores de escravos. Não tratavam de levantar a opinião pública, a discussão se centralizava na capital ou no centro comercial, preferiam “trabalhar em silêncio por dentro e por cima” (DRESCHER, 1995, p.135). E em termos de duração, o movimento foi limitado a ponto de ser apenas uma resposta à pressão externa.

Apesar da abolição francesa ter ocorrido sem mobilização de massa, com características da “variante continental”, com grupos de elite sem capacidade de apelar para a opinião pública e às massas; o caso francês foi singular pois a fonte da mobilização pela emancipação derivou dos escravos do Caribe francês.

No império espanhol, a abolição esteve, em geral, relacionada a mobilização colonial pela independência nacional. Nos sistemas escravistas que eram pequenos, como consequência da independência política decretaram a emancipação total. Diferente de países como Venezuela, Peru e Argentina que durante a luta pela independência iniciaram o processo mas muito gradual e lento. Cuba mostrou-se ausente de mobilização metropolitana antiescravista e quase livre de constrangimentos ideológicos ou políticos sobre o sistema.

Enquanto isso, o caso da abolição da Espanha foi o extremo da “variante continental”. Mesmo após a Guerra Civil dos Estados Unidos, as iniciativas pela abolição dentro do império espanhol foram reações às pressões dos países estrangeiros e da periferia colonial, Cuba e Porto Rico (DRESCHER, 1995).

De acordo com Drescher (1995), o caso brasileiro teve características das duas variantes. Seguiu o modelo continental europeu até os anos 1860, as pressões externas foram condicionantes para que o movimento se encaminhasse “mais rápido” e o papel da Grã-Bretanha foi extremamente relevante neste sentido. E como aponta o autor, “o governo britânico “colonizou” o abolicionismo no Brasil através de subsídios e agentes disfarçados” (DRESCHER, 1995, p.137). Para o autor, a abolição do tráfico de escravos foi o primeiro e o mais importante passo no processo de abolição da escravidão e a maior influência veio de fora. Além disso, não utilizaram a opinião pública nos processos de tomada de decisão.

Na década de 1880, seguiu a variante anglo-americana e suas características particulares de mobilização, foi “o único país de língua não-inglesa a desenvolver um estilo desabrochado da variante antiescravista anglo-americana. ” (DRESCHER, 1995, p.148). Quando a abolição em si se aproximava, o abolicionismo conseguiu a mobilização de massa e sua forma se aproximou muito do caso britânico, com a emancipação promulgada pelo processo legislativo e atrasada em relação à ação popular.

A fase inicial do movimento popular inspirou-se na receita angloamericana de mobilização: publicidade jornalística, agrupamentos de massa, organizações abolicionistas autônomas locais e clandestinidade 59. Na fase final, porém, o abolicionismo brasileiro foi distinto e inventivo. Os primeiros agrupamentos políticos no Brasil foram realizados de preferência em teatros e salas de concertos, ao invés das câmaras municipais, tribunais, igrejas e capelas, que formavam os centros das manifestações abolicionistas da Grã-Bretanha e Estados Unidos. (DRESCHER, 1995, p. 148).

Os abolicionistas brasileiros acabaram por combinar modelos internacionais. Patrocínio e Rebouças combinaram intenção política com inserção cultural. O instrumento de mobilização política estava localizado nas artes, as conferências-concerto.

As conferências-concerto inauguraram um novo tipo de política no Brasil: no espaço público, em vez de no Parlamento, e operada por grupos sociais relativamente marginais em relação às instituições políticas aristocráticas. O abolicionismo se pôs a partir daí como um política das ruas, voltada à mobilização de massas urbanas, qual seu congênere anglo-americano. (ALONSO, 2015, p.149)

Na primeira metade dos anos 1880, a propaganda abolicionista misturou espetáculo teatral e comício político, sendo uma estratégia de convencer e financiar a campanha. Com a retórica da compaixão em imagens, poemas, músicas e encenação, emocionavam e convenciam o público, que jogava flores sobre o libertador e o libertado. Nas entregas de cartas de alforria os libertados também recebiam flores, por isso camélia é o símbolo do movimento. A utilização das artes ajudou a deslegitimar o escravismo e difundir o repertório moral abolicionista (ALONSO, 2015).

2.2. Expansão do espectro de apoiadores: classe, gênero e raça

Na Espanha, o movimento abolicionista surgiu de uma cultura associativa de classe média.

O dinamismo econômico produzia estratos diversificados, mas abafados pela lógica patrimonialista, sem que uma sociedade de mercado — e as classes dela decorrentes — se efetivasse em plenitude. Nessa sociedade [brasileira] em transição entre o tradicional e o moderno, ativistas e apoiadores do abolicionismo não vieram de uma camada social só, e sim de várias.” p.144)

As conferências-concerto, no Brasil, possibilitaram essa diferenciação, além de ter parte da elite como apoiadores, agregou os estratos médios e baixos. O público incluía funcionários públicos, profissionais liberais, professores, pequenos comerciantes e estudantes (graças a reforma das faculdades nos anos 1870).

De acordo com Alonso (2015), as mulheres entraram por três portas no movimento: a da filantropia, a dos laços familiares e a do teatro. As mulheres da alta sociedade eram liberadas do serviço doméstico e podiam se dedicar a “causas beneméritas”; outras tinham a oportunidade de “entrar de braço” com familiares homens que se dedicavam a causa; e as que não eram impedidas pela família patriarcal, entravam pelo meio artístico, como Chiquinha Gonzaga e Luísa Regadas.

A participação das mulheres dava possibilidade de atuarem como cidadãs da política das ruas. Foram pelo menos 36 associações onde elas puderam atuar espalhadas pelo território: Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Mas, bem como disse Alonso (2015, p.148), “participação é diferente de igualdade, e abolicionismo não é feminismo”. Havia muitas barreiras para a atuação das mulheres, “mas,

ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa: em casa. Politizou a vida privada”.

Apesar de perceber um esforço historiográfico de mulheres acadêmicas em pesquisar sobre a participação das mulheres como sujeitos históricos, particularmente no movimento abolicionista brasileiro, é inevitável perceber a falta de estudos sobre o tema. As autoras Muniz e Macena (2012) denunciam a “política de silenciamento historiográfico” relacionado a participação das mulheres no movimento abolicionista. E destacam a necessidade de incluir as mulheres nessas narrativas e também mudar o tom da apresentação feminina na experiência abolicionista. O discurso historiográfico quando apresenta a participação feminina é de forma a esvaziar politicamente, fixando a imagem de “verdadeira mulher” e “bello sexo”, atribuindo-lhes os estereótipos e papéis de gênero.

A imprensa é a melhor fonte para investigar a participação das mulheres nos movimentos abolicionistas (particularmente após 1870). Mas deve-se consultá-la de forma cuidadosa. No próprio discurso da imprensa abolicionista, as mulheres eram ligadas a estas imagens, tendo suas participações supostamente mantidas sob controle da ordem patriarcal, como estratégia para mobilizar mais pessoas e agregar tom “ordeiro” à causa abolicionista. Muniz e Macena (2012, p.50) afirmam que,

O tom predominante da campanha feita por aquele veículo, particularmente os de cunho mais ou menos liberal, é o de defesa da abolição sob controle e dentro da ordem proprietária e patriarcal, isto é, no âmbito parlamentar, por meio de um processo lento e gradual e com indenização. Não por acaso, as referências às participações das mulheres em várias atividades dos movimentos são veiculadas sem que coloquem em risco a subversão das funções e papéis sociais femininos, sexualmente diferenciados dos masculinos, ou seja, cada um deles em seus “devidos lugares”.

A imprensa então, acabava por cumprir seu papel de orientar comportamentos sociais. Mulheres como Elisa Santos, Maria Faria e Anna Quintiliano da Silva foram executoras de concerto organizado, como outros atos públicos, mostra-se a presença destas mulheres em “lugares masculinos” justamente pelo espaço que elas ocupavam. “Não há como não deixar de reconhecer na participação das mulheres na campanha abolicionista, a operacionalidade de estratégias por elas criadas no sentido de romper com a prescrição do confinamento no espaço doméstico e, assim, criar espaços para a visibilidade pública e política.” (MUNIZ e MACENA, 2012, p.46). A atuação das mulheres é vista pelas autoras como uma tática de inserção nos movimentos, por exemplo nas apresentações em concertos de forma a não chocar

e ultrapassar os limites do que seria aceito pela sociedade, as mulheres eram vistas fazendo “atividades autorizadas”, exercendo suas “prendas domésticas” em espaço público.

As mulheres atuaram em concertos, saraus, escreveram poemas, livros e artigos em jornais, e a imprensa noticiava as atuações nesses espaços “autorizados”. O desafio é investigar suas atuações em lugares nos “âmbitos da justiça, dos atos cívicos, das sociedades literárias e científicas, dos clubes abolicionistas, das irmandades religiosas, das iniciativas para arrecadar fundos para a emancipação de escravos e escravas” (MUNIZ e MACENA, 2012, p.52). As mulheres do século XIX não foram sujeitos passivos, exerceram todo o poder possível nos espaços permitidos.

Macena (2015) destaca como as representações femininas veiculadas pela imprensa reforçavam o domínio do espaço político pelo masculino, interdito às mulheres. A imagem da “verdadeira” mulher era representada como mulher do lar, com os papéis de cuidados e trabalhos domésticos.

Homens e mulheres viviam sob tal lógica, em mundos separados e, por que não, opostos, onde habitariam papéis e funções distintos. Do lado masculino, o interesse e atuação na vida pública, a competência para lidar com as questões graves e sérias da política, enfim, o que seria identificado como de “interesse geral”; do lado feminino, as frivolidades da estética, dos cuidados com o corpo, com o vestuário e com a música de salão, preocupações frívolas, superficiais, “naturais”, inerentes ao sexo feminino. (MACENA, 2015, p.224)

Parte-se do pressuposto de que a presença e envolvimento das mulheres com a causa abolicionista foi muito mais intensa do que se registrou. A autora Macena analisa o caso das mineiras, que estiveram presentes em frentes de atuação, em festas cívicas, bailes e saraus, nos escritos sobre a educação feminina, manifestações públicas e na imprensa.

Elas não eram reconhecidas como cidadãs e espaços tomados pelo movimento abolicionista foram onde essas mulheres puderam “ser e estar”, através das estratégias de luta. Lutar contra a escravidão publicamente era também um modo de lutar contra a dominação masculina. Existem registros da participação das mulheres em “organização de festas e saraus, as redes de apoio, de proteção e de influências, as cartas de alforria, a coleta de fundos, [...] em clubes e associações, entidades tidas e reconhecidas, na historiografia, como formadas exclusivamente por homens” (MACENA, 2015, p.237).

Muitas mulheres foram além e entraram no mundo das artes. A autora Marinete dos Santos (2010) trata da questão da participação política feminina no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e apresenta mulheres que foram alvo de críticas pela “ousadia da

transgressão”. Diferente de ser “homem público”, virtuoso e motivo de orgulho, ser “mulher pública” era ser depravada e havia resistência em ser aceita pela sociedade.

Suzanne de Castera, francesa que foi ao Rio de Janeiro na década de setenta trabalhar no café-concerto *Alcazar Lyrique*, depois se tornou atriz famosa e bem sucedida, que desafiou as normas e o que se esperava do sexo feminino. Foi além do espaço privado, sendo considerada “mulher pública” pelos jornais, identificada como o mal e a destruição das famílias honestas. A atriz chegou a levar aos tribunais o caso de injúria pelo jornal “O Carbonário” que a insultava e tentava impedir sua participação no movimento abolicionista.

Não foi apenas Suzanne de Castera que sofreu com as críticas, inclusive a Princesa Regente Isabel se deparou com crítica do abolicionista Silva Jardim, que considerou absurdo que ela tenha promovido a “batalha das flores” em Petrópolis.

Mulheres escritoras abolicionistas também desafiaram a ordem escravista. Na literatura, as sinhás eram retratadas como dependentes e caprichosas, mas na verdade as mulheres desempenhavam atividades diferenciadas e tiveram papel ativo no movimento abolicionista. Algumas delas desempenhavam atividades transgressoras, como a de escrever. Norma Telles (1989) destaca três escritoras abolicionistas brasileiras: Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amalia e Julia Lopes de Almeida.

Maria Firmina foi escritora, jornalista, musicista e professora no Maranhão, escreveu o primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher (negra), o livro *Úrsula* (1859). E nele a autora apresenta escravos como detentores de um código de valores, sentimentos próprios e dignidade; denunciando as condições de vida e castigos injustos, para comover o leitor. Sidney Chalhoub (2018) afirma que nas passagens que descrevem as condições que os escravos foram submetidos, o texto desliza da voz da narradora para a voz do escravo, o que demonstra o caráter de denúncia da obra. Maria Firmina representava em sua escrita a violência contra as mães escravizadas, que tinha duas faces: a mãe sem direitos e o corpo sujeito à violação. E denuncia o caráter racista da “lenda da sexualidade exagerada da mulata”. As mulheres negras eram constantemente ameaçadas e violadas sexualmente pelos senhores.

Há um detalhe que deve-se destacar aqui: a diferença das posições e das lutas das mulheres brancas e das mulheres negras nesse contexto. A autora Sousa (2018) analisa a representação das mulheres negras dentro dos estudos sobre o processo de abolição no Brasil. Qualquer projeto que envolvesse a única fonte de mão de obra que restara aos proprietários de escravos, como o projeto do ventre livre seria debatido intensamente no legislativo e na imprensa. A mulher negra escravizada foi pauta nas discussões sobre o projeto e a instituição

servil e foi representada por homens brancos de estratos mais altos. São estudos como este que possibilitam o entendimento do processo histórico desigual que permite a compreensão das questões sobre interseccionalidade⁶, onde as mulheres negras (até hoje) sofrem explorações cruzadas, e a necessidade de representação política feminina.

Autores como Maria Firmina e Luís Gama tematizaram e representaram a mulher negra em suas obras. Bernardes et al. (2018) tratam sobre a literatura afro-brasileira produzida no século XIX, particularmente as obras “A Escrava”, de Maria Firmina, e “Minha Mãe”, de Luís Gama. Entendem que a construção da representação das mulheres negras tem papel fundamental nas estruturas sociais, pois as ideias interferem no modo como se percebe as pessoas e os processos. Percebe-se então a importância de escritores negros que construíram representações da mulher negra a partir de suas vivências, resistindo às representações racistas criadas pela sociedade escravista da época (BERNARDES et al., 2018).

Narcisa Amalia (1863-1924) foi também professora, escritora e jornalista. Em 1870, publicou em jornais da Corte e das províncias. Era democrata radical e lutava pelos direitos da mulher. Em seus escritos apresentava o “ideal do século”, a liberdade; e afirmava ser impossível que uma nação fosse independente e plena se ainda persistisse a “nefasta instituição”; ela destacava o poder da escrita e da imprensa (TELLES, 1989).

A escritora Julia Lopes de Almeida (1862-1934) também escreveu livro abolicionista, mas que só foi publicado após a abolição. O livro *A Família Medeiros* (1892) destaca a transição entre a escravidão e o trabalho livre nas plantações de café; denuncia a instituição contendo a violência dos castigos e tratamento dos escravos, fazendo uma campanha abolicionista (TELLES, 1989).

Além da participação das mulheres no movimento é preciso ressaltar a participação dos negros livres e letrados. Wlamyra Albuquerque (2018) destaca que o movimento abolicionista se conformou com a liderança de homens negros: Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Ferreira de Meneses, Manuel Quirino, entre tantos outros. Albuquerque (2018) observa também que grupos associativos assumiram a abolição como algo inseparável da luta dos trabalhadores oitocentistas.

Entidades de beneficência negras ou operárias tiveram lideranças como Ismael Silva e Manuel Quirino (Bahia), França e Silva (Rio de Janeiro), que estabeleceram conexão entre a militância abolicionista e o movimento operário, contribuindo para a organização dos

⁶ Interseccionalidade teve seu conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), jurista e professora estadunidense, para tratar sobre as "explorações cruzadas", a "inseparabilidade estrutural do racismo", em que as mulheres negras são afetadas por ambas opressões, machistas e racistas, ao mesmo tempo.

trabalhadores na escravidão e no pós-abolição. Esses militantes negros e operários iam além do argumento de que o escravismo impedia o desenvolvimento nacional, e se apoiavam na garantia da igualdade de direitos e exercício da cidadania para os egressos do cativeiro (ALBUQUERQUE, 2018).

Salienta-se então, a importância das tipografias e imprensa negra. As tipografias era campo fértil para a expansão da luta. Os escritores negros Machado de Assis, Ferreira de Meneses, Maria Firmina dos Reis e Luís Gama condenavam a lógica escravista e expunham a brutalidade do cativeiro. Numa sociedade escravista e regida por valores patriarcais, Maria Firmina foi destaque de resistência, negra e letrada, foi também autora da letra do hino de libertação dos escravos do Maranhão (ALBUQUERQUE, 2018).

Petrônio Domingues (2018) destaca a importância da atuação de “homens de cor” livres e letrados, como Francisco de Paula Brito e Maurício José de Lafuente, que tiveram como estratégia para a construção de uma voz coletiva o uso da imprensa. Paula Brito (1809-1861) lançou o jornal *O Homem de Côr*, em 1833. Apesar da pouca duração, o jornal racializou o debate público da corte e foi o precursor da “imprensa negra”, jornais que foram criados por negros que tratavam das questões dos negros. Em 1876, Felipe Néri Colaço, negro, formado em direito e professor, se tornou editor do jornal lançado em 1876 em Recife, *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, o primeiro periódico abolicionista de Pernambuco. Em 1886, se destacou o *Ethiópico*, em Pelotas no Rio Grande do Sul. E no pós-abolição, surgiram vários outros jornais criados e mantidos por negros livres e libertos. Graças a imprensa negra foi possível vozes afro-brasileiras ocuparem o espaço público.

A imprensa negra é um veículo em que rostos e vozes afro-brasileiras ocupam a esfera pública para expor, pela escrita ou imagética, suas ideias, narrativas, demandas, subjetividades, estéticas corporais, seus problemas, dilemas, heróis, mitos e utopias redentores. Esse é mais um capítulo do protagonismo dos afro-brasileiros. Começando no Império e atravessando todo o período republicano, a palavra imprensa - e, mais recentemente, a digital - foi (e é) uma das formas encontradas por esse segmento populacional para envidar esforços em prol dos direitos e da cidadania. (DOMINGUES, 2018, p.259)

O movimento foi mais inclusivo que o espanhol (“que falava a escravos do outro lado do Atlântico”), expandindo o espectro dos apoiadores, entre estratos sociais mais baixos, negros, pardos e libertos, mulheres e crianças, imigrantes portugueses. O abolicionismo brasileiro foi então além do Parlamento, com as conferências-concerto, ele tomou o espaço público e permitiu a participação de outros grupos sociais, não se restringindo as elites imperiais.

2.3 O ativismo político abolicionista: Rebouças, Gama, Patrocínio

As histórias de Rebouças, Gama e Patrocínio e como elas se encontraram no contexto do movimento abolicionista dizem muito sobre a atuação de negros (como um grupo homogêneo) no movimento, sobre como a estratificação social era complexa, e consequentemente como isso resultou em estilos diferentes de ativismo, visto que os três tinham inserção social diferentes (ALONSO, 2011).

André Rebouças teve oportunidades melhores que os outros. Ele tinha família com acesso a política e ao Império - seu pai, o Conselheiro Rebouças tinha participado das lutas de Independência na Bahia para depois se tornar um político influente na Corte -, fez faculdade de engenharia e viagens à Europa. Através da sua atuação como engenheiro ganhou prestígio social. Rebouças envolveu em seus projetos a retórica do progresso que incluía a abolição da escravidão. Rebouças defendia um programa de instrução e educação, numa luta pela integração social e econômica dos negros emancipados no pós-abolição.

Ao analisar o pensamento de Rebouças percebe-se fatores relevantes do movimento antiescravista: “a maioria dos abolicionistas estava muito mais envolvida com ideia de livrar o país das inconveniências da escravidão do que, na verdade, com a emancipação do negro e com a sua integração à sociedade. ” (JUCÁ, 1988, p.215). As ideias de Rebouças foram avançadas e radicais em relação ao contexto e seus contemporâneos. Ele tinha ideias reformistas, que inclusive batia de frente com as contradições da reforma, desvendando a fragilidade do liberalismo do século XIX.

Joselice Jucá (1988) aponta para a originalidade e antecipação do pensamento de Rebouças enquanto abolicionista no contexto do movimento emancipacionista. Jucá (1988) afirma que os abolicionistas brasileiros seguiram duas estratégias diferentes; a primeira envolvia a luta pela eliminação de mecanismos legais que garantiam a existência da instituição servil (José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira e João Clapp: utilizavam o discurso emocional influenciando a opinião pública e a manumissão voluntária); e a segunda, idealizava um programa de reforma social para eliminar o latifúndio e a monocultura, para que fosse possível implementar a “democracia rural brasileira” (Nabuco, Rebouças, Joaquim Serra, Gusmão Lobo).

Luís Gama, filho de africana livre, nasceu livre em Salvador, mas foi escravizado no Rio de Janeiro. Aos 18 anos se declarou livre e já havia aprendido sobre leis e política com

um amigo estudante de direito. Conseguiu empregos através de favores e proteção; frequentou faculdade sem poder entrar, por isso foi advogado informal. Gama ganhou espaço nos jornais e buscou ascensão social através do ensino, já que não havia adquirido cortesia aristocrática que abrisse portas para a sociedade de Corte. É interessante destacar que Gama foi um dos poucos que não silenciaram a cor, ele se casou com uma mulher negra e sua identidade social definiu seu lugar no mundo e suas razões de luta. Sua cor limitou os espaços onde Gama queria ocupar. Ele fez parte dos jovens de fora da aristocracia imperial que se juntaram aos Liberais Radicais. Com a crise política de 1868 e sua derrubada do governo, os Liberais foram aos jornais, panfletos e clubes.

José do Patrocínio, filho de liberta quitandeira e vigário da paróquia de Campos, obteve empregos e estudos sob favores e proteção. Desenvolveu uma “teia social de sustentação”, em que garantiu contatos com artistas pelo seu jeito boêmio e garantiu emprego no jornal pela aproximação com a política liberal. Patrocínio trabalhou em vários jornais até chegar ao “*Gazeta de Notícias*”, que seria *Gazeta da Tarde* posteriormente. O jornal *Gazeta da Tarde* é uma fonte muito importante para os estudos sobre o abolicionismo. O conteúdo do jornal era os problemas enfrentados por escravizados, defendia a cidadania de livres e libertos, e argumentos que evidenciavam o “ódio de raça”. Houve negação da questão racial no Brasil, negação do “preconceito de cor”, mas as publicações da *Gazeta da Tarde* confirmavam o que se negava e ainda, apoiada no argumento de que era necessária a abolição (não a abolição gradual e lenta) para que se afirmasse o desejo de harmonia entre brancos e negros.

Patrocínio tinha impressionante interlocução internacional e uma das que se destacaram foi a publicação da autobiografia de Frederick Douglass, abolicionista, político e jornalista afro-estadunidense. A tradução da obra não foi completa, foram incluídos apenas informações relevantes para o tradutor e fáceis de assimilar. Douglass foi apresentado como inspiração e exemplo para a luta abolicionista (PINTO, 2015). Patrocínio e Rebouças foram a dupla perfeita, o primeiro explosivo e o segundo ponderado; se basearam na estratégia de Frederick Douglass, usando a mobilização popular para pressionar o governo. Patrocínio foi peça chave no movimento, foi agitador e se tornou líder pelo mix de métodos “flores nas mãos e pedras nos bolsos” (ALONSO, 2015, p.151).

CAPÍTULO 3

EXPANSÃO DA CAMPANHA ABOLICIONISTA: INTERNACIONALIZAÇÃO, NACIONALIZAÇÃO E MÉTODO BUMERANGUE

3.1 Nabuco, o método bumerangue e a internacionalização da campanha

Joaquim Nabuco (1849-1910) foi considerado o líder do movimento abolicionista brasileiro. Foi capaz de conectar o abolicionismo das ruas e o parlamento, o movimento brasileiro e a rede abolicionista transnacional; operando como um *brokerage*, fazendo aliança com diferentes redes. Na historiografia, a imagem que se passa é a de que o movimento abolicionista não teria êxito se não fosse pela atuação do líder. É preciso concordar que ele foi uma figura fundamental para o processo de abolição, mas é preciso desconstruir sua imagem de “salvador”.

A autora Célia Maria Azevedo (2001) desconstrói a imagem de Nabuco produzida pela historiografia. Apesar de ter sido defensor da causa abolicionista, ele reafirmava estereótipos e era racista. Azevedo apresenta a construção de “São Nabuco” nos gêneros discursivos escritos por conhecidos de Nabuco e por ele mesmo. Ela destaca que Nabuco optou pela imagem de paraíso racial brasileiro, já que se optasse pela outra corrente política abolicionista internacional colocaria o Brasil em condição igual a estadunidense, no “inferno racial”. E aponta para os cuidados ao ler obras como as de Nabuco, que contém sim descrições da sociedade brasileira, mas deve-se atentar para as “escorregadelas racistas”:

se quisermos compreender “o espírito” de sua “análise sociológica” da escravidão, precisamos ultrapassar a tradicional celebração historiográfica em torno de Nabuco, cujas palavras passam por uma descrição isenta e verdadeira da sociedade brasileira do século XIX; com exceção, é claro, daquelas que devem ser suprimidas por se constituírem em incômodas escorregadelas racistas. (AZEVEDO, 2001, p.95)

Nabuco passou temporadas em Washington e Londres, e aos trinta anos voltou ao Brasil com seu apreço pelas políticas inglesas e as reformas graduais. Tomou então este como modelo político de reformismo. Ele se apoiou na agenda dos Liberais Radicais, adotando o pacote abolição gradual e pequena propriedade. Nabuco compareceu a primeira

conferência-concerto organizada por Patrocínio, Sousa e Rebouças. E esclareceu que não apoiava a emancipação imediata e que seguir o modelo estadunidense seria mal sucedido, por isso ele defendia o modelo inglês e as reformas progressivas. Nabuco seguiu as mesmas estratégias que Abílio Borges, na adoção do método bumerangue e no entendimento de que a abolição era complemento da Independência.

A relação de Nabuco com a BFASS abriu portas para o sucesso de Nabuco e a internacionalização do movimento brasileiro.

[...] manter contatos com os abolicionistas ingleses representava uma oportunidade de consolidar a carreira pela obtenção de publicidade no centro do mundo da época. Além do mais, o apoio poderia ser frutuoso em termos práticos, já que, perspectivada internacionalmente, a situação da escravidão brasileira era periclitante na medida em que o Brasil estava cada vez mais perto de se tornar a única nação escravista cristã. (ROCHA, 2009, p.24)

Rocha (2009) afirma ter sido em vãs as tentativas da BFASS de construir relações com os brasileiros até 1876. Foi em 1876 que o nome de alguém do Brasil apareceu na lista de correspondentes da associação (o Reverendo E. Vanorden, não era brasileiro, era chefe da *Brazilian Christian Mission* do Rio Grande do Sul). O ano de 1880 foi marcado pelo primeiro contato diretamente da BFASS com Joaquim Nabuco. Foi quando a associação expressou em documento o apoio ao deputado, em seu primeiro mandato parlamentar, após Nabuco expôr a mesma crítica que BFASS abordava: emprego de escravos por empresas inglesas de mineração instaladas no Brasil. A coligação se consolidou em meados da década de 1880, já que era de interesse de ambas as partes (ROCHA, 2009).

Em 1880, Nabuco criou um projeto de abolição indenizada e gradual (que colocaria fim a escravidão em 1890), apesar do gabinete Saraiva ter ignorado o projeto, dezoito deputados apontaram para a necessidade de se apressar as discussões sobre a escravidão. Firmava-se então um bloco abolicionista na Câmara (ALONSO, 2015).

Entre 1882 e 1884, Nabuco se consolidou como broker transnacional. Foi morando no exterior que ele se firmou como mediador, sua “tática de equilibrista” incluía mobilização da rede transnacional para influenciar a política doméstica. Entre 1884 e 1886, foi a vez de se consolidar como broker nacional, precisou voltar ao Brasil pois a situação política para os abolicionistas se tornara mais fácil com Dantas assumindo o gabinete. Em 1887, enquanto os escravistas não mediram forças para reagir contra os abolicionistas, Nabuco viajou, foi aos Estados Unidos, depois Europa e lá foi à Roma, onde pediu ajuda para a Igreja Católica (questão não aprovada pelos abolicionistas no Brasil) (ALONSO, 2010).

A referência de Rebouças, Gama e Patrocínio era Frederick Douglass⁷. Da mesma forma, Nabuco teve como referência William Wilberforce, que se assemelhava mais a ele no repertório abolicionista internacional. Wilberforce (1759-1833) foi abolicionista inglês e atuou no parlamento, defendendo o fim do tráfico e da escravidão, privilegiando as instituições políticas em seu estilo de ativismo. Nabuco fez o mesmo, fez projetos e coalizões para tornar possível a criação de uma lei abolicionista.

Ele foi o complemento para dar sustentação ao movimento no Parlamento. Rebouças também era liberal e aristocrata, mas não era branco, e de acordo com Alonso (2015) não tinha eloquência e vocação para a cena pública. Enquanto Patrocínio e Rebouças davam sustentação extraparlamentar, nas conferências-concerto e nos jornais, Nabuco se aliou ao abolicionismo das ruas para levar os temas tratados para dentro do Parlamento.

Marco Pamplona (2010) analisa a trajetória e atuação de Nabuco no movimento e no Parlamento entre 1879 e 1886. E é interessante destacar um ponto levantado pelo autor quando se discute as intenções emancipacionistas de Nabuco. No pensamento do líder existia a ideia de que deveria se pensar sobretudo na conciliação das classes, atendendo ao interesse não só dos escravos mas também dos proprietários e autoridades. Como o autor bem resume, ele não pensava na “reabilitação da raça negra” exclusivamente, tinha interesses voltados à reconstituição do país.

3.2 Campanha nacional e internacional

A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE) também interpretou a abolição como nova Independência e o título de seu periódico, *O Abolicionista*, foi inspirado em Abílio Borges e no periódico dos madrilenhos, *El Abolicionista Español*. A SBCE atuou como ponte entre partidos e fronteira entre política aristocrática e espaço público (estilo Borges de ativismo). E também daria continuidade ao abolicionismo de elite com o retrato de Lincoln e o abraqueiramento do nome da associação *British Foreign and Anti-Slavery Society* (BFASS). Inclusive, o manifesto da SBCE foi publicado em inglês e francês (ALONSO, 2015).

Nabuco se diferenciou no método bumerangue de Abílio Borges se lançando como articulador entre mobilização social da *Associação Central Abolicionista (ACE)* e o bloco parlamentar abolicionista. Foi Nabuco quem deu os primeiros passos para uma coalizão

⁷ Frederick Douglass foi um dos maiores abolicionistas estadunidense, negro e ex-escravo, fez campanha em conferências e na imprensa. É óbvio a aproximação de estilos de ativismo entre os três ativistas negros brasileiros e Frederick Douglass, não apenas por serem negros, mas também por se destacarem no espaço público onde tinham mais visibilidade (ALONSO, 2015).

abolicionista nacional. Ele se juntou a ACE e reuniu os três ativismos (parlamentar, espaço público e judicial) a Junta Executiva da SBCE, e atraiu mais abolicionistas (ALONSO, 2015).

Nabuco expandiu o método bumerangue, como bem resume Alonso (2015), utilizou o método para “buscar fora do país o suporte que dentro faltava” e “apoio externo contra resistência interna”. Rocha (2009) destaca ao final de seu livro como as próprias obras de Nabuco tiveram uma perspectiva alienada, como *Um Estadista do Império*, que mostra que depois de 1860 o governo brasileiro se constrangeu em sua totalidade com as críticas externas vindas de abolicionistas estrangeiros, fazendo com que tomassem medidas contra a escravidão. Nesse argumento, Nabuco iguala a pressão britânica entre 1840 e 1860 com as pressões externas das associações abolicionistas. Mas Rocha (2009) afirma que essas forças são inigualáveis, nem se comparam evidenciando que entre 1854 e 1878 foram enviadas ao Império doze petições pela abolição e o governo respondeu apenas uma de 1866 (vinda da sociedade abolicionista francesa).

Em Portugal, tinha prestígios e era bem querido, o projeto de abolição de castigos físicos no Exército foi aprovado em homenagem a Nabuco e ele era muito elogiado na imprensa local. Em Madri, Nabuco visitou Rafael María de Labra y Cadrana, presidente e redator da *Sociedade Abolicionista Espanhola* e do *El Abolicionista Español*, que tinha experiência com a ponte entre Parlamento e espaço público. Nabuco selou aliança na Espanha, foi recebido nos salões de Madri e teve seus discursos publicados pela *Academia Madrileña de Legislación y Jurisprudencia*, que representou a inserção do movimento brasileiro na história mundial do abolicionismo. Madri abriu portas para que ele pudesse acessar a rede europeia. Ele foi recomendado a abolicionistas cubanos, filipinos, porto-riquenhos, franceses e a BFASS. Estava então estabelecido as pontes para o contato com a rede internacional abolicionista (ALONSO, 2015).

Na viagem, ao chegar na Inglaterra, Nabuco continuou o que já se podia prever. Pelo seu histórico nas mobilizações no espaço público, representação no Parlamento e a ajuda de grandes nomes da aristocracia, conseguiu estabelecer contato com parlamentares e abolicionistas do mundo todo, em Londres. Ele foi consagrado como membro correspondente da BFASS. Enquanto isso, tudo era noticiado pelo jornal *Anti-Slavery Reporter* e pelo jornal brasileiro *O Abolicionista*. Rebouças inclusive nomeou como “a missão de Nabuco” todas as *networks* e apresentações feitas, e foi a partir da missão que o movimento brasileiro passou a fazer parte da rede abolicionista transnacional, na qual estavam os franceses, ingleses, porto-riquenhos, cubanos, espanhóis e filipinos (ALONSO, 2015).

Alonso (2015) aponta para três efeitos da viagem de Nabuco. Fala-se então da internacionalização da campanha brasileira; o constrangimento das autoridades políticas e partidos nacionais frente ao método bumerangue e a imagem de “aberração entre nações civilizadas”; e a consolidação de Nabuco como líder tanto no Brasil como nos outros países.

Bethell (2010) explora as mudanças das relações internacionais do Brasil imperial ao Brasil republicano, analisando o pensamento de Nabuco sobre as relações do Brasil com Europa, América Latina e Estados Unidos. Não cabe aqui atentar-se a diplomacia e política externa do pós-abolição, mas é relevante observar como Nabuco defendia aproximação com os Estados Unidos e admirava a civilização norte-americana. E tinha visão negativa sobre a América Latina.

A Europa, desde o início de sua luta pela causa esteve como modelo para ele, mas só nos anos 1900, foi que se estabeleceu uma maior aproximação com os Estados Unidos. Por diversos motivos de acordo com o contexto, mas principalmente por ter identificado os Estados Unidos e sua civilização como uma extensão da civilização europeia, particularmente da inglesa. Percebe-se a centralidade das relações do país com a Europa e os EUA no pensamento de Nabuco, que também foi uma figura importante para as relações internacionais e está presente nos estudos sobre política externa brasileira.

3.3 As correspondências de Nabuco

A exposição da escravidão brasileira aos olhos do mundo deu nova dimensão e nova eficácia à luta. Num país em que o grosso da elite política defendia os interesses dos proprietários, mas também se preocupava com a imagem externa e era imbuída de valores ocidentais, a exposição não podia deixar de causar constrangimento e apressar a decisão final. As cartas permitem também, para além do aspecto tático, conhecer melhor o núcleo da argumentação abolicionista de Nabuco. Tratava-se, para ele, de uma luta pela civilização, pela incorporação do país aos valores básicos da civilização ocidental, de uma luta contra uma concepção de nacionalismo estreito que se afirmasse ao custo de valores universais. (BETHELL e CARVALHO, 2009, p.228)

Ivone Bertonha (2011) analisa algumas cartas que foram trocadas entre 1880 e 1889 entre Joaquim Nabuco e membros da *British and Foreign Anti-Slavery Society*. As cartas apontam para o modo de atuação de Nabuco enquanto a conjuntura política o desfavorecia, com as derrotas eleitorais e a resistência dos escravistas. Mas as cartas demonstram mais do que isso, deixando explícito a capacidade do líder em “dar a volta por cima” e atuar em sentido positivos nos fóruns internacionais abolicionistas.

São as cartas que apresentam como o apoio internacional contribuiu para mudar ideais antes defendidas por proprietários. Nabuco teve a oportunidade de estender debates, como a proposta de indenização aos proprietários, a imprensa e autoridades estrangeiras.

A correspondência do Presidente da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão com os membros dessa instituição inglesa mostra a correlação interna de forças entre os interesses escravistas e os abolicionistas. Mostra que, nos dez anos finais do Império brasileiro, o debate ultrapassou as esferas governamentais. Revela que o apoio que Nabuco conseguiu nos fóruns internacionais de luta contribuiu para a expansão do movimento abolicionista no Brasil. Esse apoio foi importante para quebrar os antigos paradigmas defendidos pelos proprietários, os quais tinham sido estabelecidos em 1871 pela Lei do Ventre Livre, que regulamentava a extinção do trabalho escravo, de forma gradativa e indenizatória, respeitando a inviolabilidade da vontade do senhor. (BERTONHA, 2011, p.12-13)

A coligação entre Nabuco e britânicos é o objeto de estudo de Rocha (2009) em seu livro, ele reúne evidências das relações entre Nabuco e a BFASS em um conjunto de sessenta cartas da BFASS para Nabuco e trinta e nove cartas do líder para a associação; e apresenta uma edição crítica desse conjunto de cartas. O autor aponta que os documentos não são “inofensivos registros”, eles demonstram que os correspondentes fizeram esforços para “demonstrar que uma das maneiras de acabar com a escravidão era naturalmente a única”, as cartas têm como foco o estabelecimento de uma doutrina sobre a abolição da escravidão.

Até aqui entendido a importância das viagens de Nabuco e das relações estabelecidas por ele, destaca-se alguns pontos interessantes sobre a coligação de Nabuco com os abolicionistas britânicos.

As cartas dos últimos anos da escravidão no Brasil apontam para um aspecto interessante para reflexão. Em 1886, quando Nabuco sofreu derrota eleitoral, enviou uma correspondência apontando uma lista de fatores político-eleitorais que favoreceram o adversário. Mas um dos fatores não foi enunciado pela associação: “a infidelidade eleitoral dos libertos à sua candidatura” (ROCHA, 2009, p.157). Nabuco afirmou que os negros libertos votaram nos donos de escravos pois não reconheciam o “débito de gratidão de toda a raça para com seus libertadores” e acrescentou com comentários racistas sobre ignorância e “lembrança da alma escrava” dos negros.

A versão publicada pela BFASS suprimiu essa parte da carta. E o autor Rocha (2009, p.158) infere os motivos que levaram a essa supressão. Primeiro, a carta pareceu um desabafo, com teor emocional que contradizia a ideia liberal de voto ao pressupor que homens livres deveriam votar num candidato como gratidão/pagamento de dívida. Segundo, o desabafo explicitava a “manifestação da irracionalidade inerente ao racismo”. O autor destaca que esse

acontecimento mostrou o contraste cultural entre abolicionistas ingleses e Joaquim Nabuco. Em 1880, o racismo já estava generalizado na Inglaterra, mas a BFASS conservava o tom de caridade, a imagem do “pobre negro”. Diferente de Nabuco, que reforçou em sua declaração a naturalidade em olhar para os negros como traiçoeiros, mostrando as ferramentas simbólicas que a minoria dominante utilizava para reproduzir a dominação.

Outro ponto a se destacar: “o que mais chama a atenção na correspondência de 1887 é uma ausência: Joaquim Nabuco não deu informação alguma aos ingleses sobre a mudança de rumo do abolicionismo e da crise da escravidão” (ROCHA, 2009, p.169). Rocha (2009) levanta duas hipóteses que podem justificar o porquê de Nabuco ter ocultado as mudanças no Brasil. Primeiro, ele poderia ter sido acusado de estar alheio ao que se passava no país em razão do tempo em que permanecera fora durante o ano. Segundo, a vontade de manter sua imagem como líder do abolicionismo brasileiro que mantinha tudo sob controle. Seria constrangedor explicar aos ingleses o motivo pelo qual ele esteve fora do país num momento tão caótico (os abolicionistas brasileiros nunca o perdoaram por este abandono).

Enfim, a coligação se manteve até 1902, apesar de ter perdido seu sentido em 1888, já que foi feita exclusivamente para abolir a escravidão no Brasil. Rocha (2009) explica que a real intenção da BFASS em manter Nabuco na lista de correspondentes era propagando para expor o caráter internacional da associação.

Rocha (2009) também aponta para a concepção de Nabuco de que a abolição foi protagonizada pelos donos dos escravos, citando o discurso dele em 1909 em Washington, em que ele afirma que a abolição no Brasil foi alcançada “num grande abraço de confraternidade nacional, e foram os proprietários de escravos, com a prodigalidade de suas cartas de manumissão, os que impulsionaram a ação das leis emancipacionistas sucessivamente decretadas” (Centenário de Lincoln, p.167, apud ROCHA, 2009, p. 215).

Bethell e Carvalho (2009) no capítulo de Introdução ao livro Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905), organizado pelos autores e publicado em 2008 pela Topbooks (RJ) e ABL (RJ), destacam que as 110 cartas trocadas entre Nabuco e os britânicos mostram como a tática consciente de Nabuco em expandir a luta para o cenário internacional, para o centro da economia e do poder mundial, foi exitosa.

Um dos casos interessantes de se notar é o esquema eficiente montado pela Anti-Slavery Society e Nabuco para a propaganda da luta abolicionista. Novamente, nota-se o papel fundamental da imprensa, neste caso, o da imprensa internacional. Nabuco passava informações aos britânicos, que se encarregavam de divulgá-las, no *The Times* ou no *Anti-Slavery Reporter*. Em uma das cartas inclusive Nabuco escreve sobre a imagem que o

Times tinha no Brasil, onde era considerado a voz da civilização (BETHELL E CARVALHO, 2009).

3.4. Campanha libertadora de territórios e o Ceará

A campanha e sua estratégia de confronto ficaram estagnadas devido a reação de repressão das autoridades escravistas, o que fez com que mobilizassem atos clandestinos. Fala-se de uma rede de acoitamento, os abolicionistas e simpatizantes acolhiam os negros. Em 1884, mesmo com os esforços abolicionistas para que os seus ocupassem cargos políticos, com a eleição direta e a vitória de escravistas, o movimento abolicionista não se beneficiava nem um pouco daquela conjuntura política. Apesar disso, o movimento cresceu, em manifestações e associações, o que possibilitou que ele se nacionalizasse.

O cenário não era favorável e a ACE teve como estratégia permanecer com as conferências-concerto e criar a *Comissão Central Emancipadora (CCE)* em 1883. A CCE usava do estilo lobby de Rebouças (invadiram uma sessão da Câmara Municipal do Rio para reivindicar o fim das casas de compra e venda de escravos) e o repertório abolicionista inglês, o boicote⁸. A CCE ficou de fora dos teatros, ocupando o espaço público, como a estratégia estadunidense. Novos quilombos e área geográfica sem escravidão foram criados, originou-se então, dentro do movimento a campanha pela libertação de territórios.

A CCE decidiu criar essa área geográfica sem escravidão, que desafiava a institucionalidade escravista e fosse refúgio de fugitivos (com ou sem ajuda dos abolicionistas) e emblema da possibilidade de ordem civil pós-escravista, em desmentido factual à retórica escravista da ameaça (a abolição como anarquia). Assim nasceu a campanha de libertação de territórios. (ALONSO, 2015, p.193)

O contexto possibilitou a campanha de libertação de territórios. Entre 1878 e 1885, como o chefe de gabinete nomeava os presidentes das províncias, os sete governos fizeram várias renomeações. “A experiência de governo-relâmpago deu relativa independência ao presidente de província em relação às elites locais. Presidente meio turista, podia iniciar políticas sem purgar suas consequências. Foi o que ocorreu no Ceará.” (ALONSO, 2015, p.195)

Com a expansão das linhas, o telégrafo chegou ao Ceará, o que possibilitou a conexão entre abolicionistas da Corte e do Ceará. Os abolicionistas do Ceará estavam bem informados

⁸ Na Gazeta da Tarde criaram uma sessão jornalismo-denúncia que expôs as crueldades de senhores contra cativos e pediram para veículos de imprensa que proibissem divulgação de compra e venda de escravos (ALONSO, 2015).

quanto às notícias sobre o abolicionismo internacional e brasileiro, incluindo a “missão de Nabuco” na Europa.

A *Sociedade Cearense Libertadora* (SCL) foi criada em fins de 1880, com 227 sócios, mulheres, homens, liberais e pequenos comerciantes. A Sociedade usou de instituições e autoridades locais, conferências-concertos e o ativismo judicial de Gama com um corpo de advogados ao seu dispor. Em janeiro de 1881, os membros da SCL pagaram estivadores para se juntarem a greve no porto de Fortaleza, que impediu que escravos que seriam vendidos embarcassem. A SCL atuava em boas condições, com um governo local favorável e o 15º Batalhão militar à disposição. Por isso tentaram a campanha de libertação de territórios em todo o Ceará. Inclusive, em 1882, Patrocínio foi até Fortaleza onde se fez concreta a conexão com os cearenses, incentivou as ações da Sociedade, as conferências-concerto e mais associações (ALONSO, 2015).

Martins (2014) estuda o movimento abolicionista no Ceará e sua militância social como efeito simbólico que serviu de instrumento político para os grupos abolicionistas. Ele aponta que a imprensa e as festas de libertação são chaves para a compreensão do abolicionismo no Ceará, apesar de não existirem pesquisas que tenham estudado sobre as festas de libertação no interior da província. Ele destaca a importância de ter uma perspectiva sobre a imprensa e como ela acompanhava a campanha, porque é através dela que pode-se perceber as dimensões da transformação dos espaços públicos e o posicionamento político da sociedade local.

O jornal mais tradicional de Fortaleza divulgou em 24 de maio de 1883 a seguinte manchete: “A metrópole do abolicionismo, *Imperium in Imperio!*”. O conteúdo contemplava a ideia de civilidade e adiantamento dos povos articulando isso a declaração de liberdade da capital cearense. Destacavam em letras maiores a palavra “cearense”, a fim de marcar uma identidade. “Uma identidade pioneirística era capitaneada como ferramenta política para engrandecer o Ceará perante o Brasil e o mundo. Não basta libertar, era preciso alardear as ações do abolicionismo cearense” (MARTINS, 2014, p.15-16). “Tal acompanhamento por parte da imprensa é sintoma já daquilo que ficará como marca da movimentação política daqueles tempos, a liberdade de Fortaleza e do Ceará precisava ser reverberada a fim de dar força ao abolicionismo para o restante do Brasil. ” (MARTINS, 2014, p.16) As festas foram organizadas justamente para dar visibilidade e servir de fortalecimento do movimento abolicionista, mostrando a articulação política entre o movimento do Ceará e o da capital imperial.

Freira e Da Silva (2018) analisam a formação de uma intelectualidade cearense entre o final do século XIX e início do século XX. O pioneirismo na abolição marcou o processo de construção de uma identidade regional cearense. Entender as particularidades da escrita da história e a construção de identidade nas diferentes regiões é relevante para a descentralização dos estudos sobre a historiografia brasileira, é contribuir para um olhar voltado às lutas regionais. Por isso elas destacam características da intelectualidade cearense que foi capaz de se articular entre si e entre o abolicionismo da Corte, que fez com que a identidade cearense não só contribuísse para o processo final da abolição, mas também que se projetasse no cenário nacional.

Lusirene Ferreira (2008) analisa a repercussão da abolição do Ceará na Corte e numa perspectiva de história atlântica, em Paris também. A autora observa os periódicos que noticiaram o fim da instituição na província, e percebe duas dimensões. A primeira é o impacto das notícias observado nas festas de comemoração no espaço público. E a segunda é o impacto a nível internacional, nos periódicos franceses e no banquete realizado em Paris é possível perceber esse impacto. “Essas manifestações nas ruas foram mais além, não apenas despertou o interesse da opinião pública sobre essas notícias, mas criaram expectativas e rumores na população da Corte.” (FERREIRA, 2008, p.5)

Enquanto os jornais conservadores apresentavam tom de denúncia sobre os provocadores da desordem, os jornais abolicionistas noticiavam sobre o Ceará e sobre as festas que ocorreram na Corte. A autora afirma que o impacto da abolição no Ceará tomou rumos inesperados, visto que as notícias atravessaram o Atlântico, tendo repercussão internacional. Possibilitando a análise numa dimensão atlântica internacional, e de acordo com Dubois (2004, p. 341, apud FERREIRA, 2008, p.7): “[...] no mundo Atlântico contribuiu para gerar as possibilidades e as tensões que nele eram vividas. É esta realidade – de um mundo integrando não apenas à circulação de corpos acorrentados e das mercadorias produzidas pelos escravos, mas também pela circulação de palavras, idéias e esperanças geradas por esta injustiça generalizada”.

3.5. Nacionalização da campanha e o ativismo portátil

Alonso (2015) aponta para a questão de como Patrocínio foi peça chave para a nacionalização da campanha a partir dos feitos do Ceará e como Nabuco os internacionalizou (os feitos do Ceará eram publicados na *Anti-Slavery Reporter* e o próprio Nabuco celebrou os avanços em banquete juntamente com líderes abolicionistas do Chile, Argentina e Estados

Unidos). Em julho de 1882, nove sociedades abolicionistas se reuniram no Congresso Abolicionista do Rio de Janeiro, com um único plano: construir uma grande associação civil nacional com todos os abolicionistas e pressionar o governo (tendo como modelo a libertação de Fortaleza). Então, surgiu a Confederação Abolicionista (CA).

Os autores Silva e Barreto (2013) analisam o papel da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE) em 1880 e da Confederação Abolicionista (CA). A CA foi criada em 10 de maio de 1883 numa sessão que aconteceu na redação do jornal *Gazeta da Tarde*. No dia seguinte, foi lançado Manifesto para conhecimento de todos. A Confederação representou mais um peso contra a escravidão e mais uma iniciativa bem sucedida de contestação ao regime servil. Isso representava um incômodo para os escravistas pela capacidade de organização política demonstrada pelo movimento com a criação da CA. No mesmo contexto, o movimento se repartia pelas diferentes convicções políticas de cada membro abolicionista. Mas em termos de organização e coesão política, eles permaneceram fortes e a CA sem dúvidas representou a consolidação de estratégias para a abolição.

Com a adoção do ativismo portátil pela *Confederação Abolicionista (CA)*, o movimento se expandiu. A CA utilizou do ativismo na Corte, coordenou sessões públicas e conferências; além disso, incentivou a imprensa, com o objetivo de juntar os feitos dispersos na rede nacional. As viagens que tinham o objetivo de propagar a campanha, era do repertório internacional, Thomas Clarkson na Inglaterra, Frederick Douglass nos Estados Unidos, Patrocínio fez igual, foi “ativista caixeiro-viajante pioneiro” (ALONSO, 2015, p.208). A CA plantava para colher, buscava-se vínculo com estudantes jovens de várias regiões para o envio destes como representantes a outras províncias. Os chamados “neoabolicionistas” criariam associações espalhadas pelo território e assim se reproduziria a campanha, por isso o nome “ativismo portátil”.

A Confederação acabava por coordenar os abolicionistas das capitais provinciais com os da Corte.

“Desde o início da Situação Liberal, focos abolicionistas proliferavam nas duas partes do Império, como cogumelos depois da chuva. Em 1883, a campanha abolicionista funcionava, com vigor variado, em dezessete das vinte províncias do Império. [...] Onde havia abolicionismo provincial estabelecido, a CA buscou aliança. Somadas, as estratégias de semear e colaborar nacionalizaram de vez a campanha. (ALONSO, 2015, p.210).

Em 1884, seriam as eleições legislativas e Nabuco era o melhor candidato para representar o movimento na Câmara. Ele inclusive tentou o método bumerangue para

convencer locais, “planejando um congresso antiescravidão com decanos dos abolicionismos europeu e estadunidense” (ALONSO, 2015, p.224). Mas dessa vez, os abolicionistas concordaram em focar no campo nacional e o método bumerangue de escanteio. A candidatura não vingou. O movimento se dividia⁹. A CA foi fundamental para reestabelecer a unidade, e em Assembleia no final de 1883, definiu a estratégia eleitoral. O objetivo era estabelecer coalizão de candidaturas em várias províncias.

O método bumerangue aumentou mais e mais, com o passar dos anos com a adoção do método pelos líderes abolicionistas, a reprovação moral das potências ocidentais ao Brasil. As imprensas internacionais e doméstica tiveram papéis fundamentais nesse processo. Entre 1878 a 1885, foram 587 manifestações abolicionistas, que convenciam a opinião pública agregando simpatizantes. Aos poucos o repertório abolicionista brasileiro foi se alargando, foram de conferências-concerto a feiras, serenatas, desfiles, passeatas, meetings à céu aberto. Enquanto isso, o movimento ganhava visibilidade (ALONSO, 2015).

O movimento adaptou modelos estrangeiros, mas também teve seu próprio repertório, inventando novas formas. Foi dos teatros às ruas, usaram marcadores simbólicos (flores e camélia, fotos de lideranças) e foram aos poucos construindo a identidade coletiva e deixando sua marca no território urbano.

Enquanto isso, o bloco pró escravidão permaneceu reagindo. E em 1884, abolicionistas e escravistas estavam à beira do confronto. A Gazeta da Tarde já havia divulgado que não recuariam e se o governo sancionasse o uso da força contra abolicionistas “as flores da campanha virariam espinheiro”.

3.6. Antes e depois de Cotegipe

Não é que tudo se resume a “antes e depois de Cotegipe”, mas a história a partir de 1884 pode se dividir assim. Antes de Cotegipe, o movimento conseguiu avançar em algumas pautas e manifestações. Depois de Cotegipe, as ideias escravistas voltaram a predominar no ambiente político, desfavorecendo o movimento, atrasando o processo de abolição e refazendo a aliança entre governo e contramovimento (os escravistas) (ALONSO, 2015).

Manuel de Souza Dantas, em junho de 1884, assumiu o “cargo que ninguém queria”, chefe de gabinete que deveria fazer algo pela libertação dos escravos, como o imperador

⁹ Na carta de Joaquim Nabuco a José Correia do Amaral, 23 de maio de 1884, ele apontava para a importância da reação escravista para que o movimento não se destruísse por dentro, foi graças a resistência e repressão que os abolicionistas recuperaram a unidade e fizeram da campanha um movimento coeso (ALONSO, 2015).

requisitou. Dantas era simpático ao abolicionismo por ser um reformista e membro da *Libertadora 7 de setembro*. Seu discurso incluía a retórica da compaixão e do progresso e prometia não interferir no direito de propriedade. Era o caminho para levar a abolição do espaço público para a arena institucional. Dantas ficava entre as ideias do movimento, abolição imediata e sem indenização, e o que parecia possível nas instituições políticas: a medida gradualista. Seu Projeto atacava o sistema escravocrata, retomava a *Lei Moret* espanhola como modelo (a critério de idade libertava idosos sem indenização), considerava algumas medidas de natureza fiscal e de direitos dos libertos.

O Projeto 48 embutia modelo de nova sociedade pós-escravidão, baseada em assalariamento do ex-escravo, imigração e difusão da pequena propriedade. Exprimia, assim, muitas das ideias do movimento dentro do governo. Passaporte para a democracia rural de Rebouças. Por isso enfrentaria mais que o purgatório pelo qual Rio Branco arrastara o ventre livre. Dantas desceria ao inferno. (ALONSO, 2015, p.244).

O Projeto Dantas afetava fazendeiros, comissários, atravessadores, o sistema de crédito, bancos e o mercado. “O mercado acendeu o sinal vermelho: os bancos passaram a recusar hipotecas cuja garantia fossem escravos” (ALONSO, 2015, p.250). Os escravistas tinham a sensação de abandono do governo, e ficaram na mesma situação em que os abolicionistas se encontravam anteriormente, por isso também foram ao espaço público expressarem suas demandas, se valeram do repertório sulista estadunidense. Dom Pedro esteve em condição de impasse, mas a conjuntura o obrigou a deliberar, Dantas saiu vitorioso.

Rui Barbosa escreveu um relatório que apontava para as apropriações do repertório mundial, inclusive comparando o Projeto Dantas à reforma de 1881 de William Gladstone, primeiro ministro, na Irlanda. As duas medidas limitavam o poder dos proprietários rurais, Dantas até estabelecia salário mínimo para libertos (ALONSO, 2015).

Em julho de 1884, finalmente foi possível o estabelecimento da coligação entre governo e movimento. Decretou-se a libertação do Amazonas e as celebrações não se limitaram ao território da província. Enquanto ocorriam as reuniões nas instituições, o movimento seguia mais forte do que nunca e quando as eleições ocuparam as ruas ficou evidente a aliança governo-movimento. “Em setembro, outras cidades repetiram feito e festa, com adesão de Câmaras municipais e prefeitos. Em 17 de outubro, o presidente da província, que tudo acompanhava pelo telégrafo, declarou Pelotas livre. E vieram outros: 35 municípios foram libertados no Rio Grande ao longo do ano” (ALONSO, 2015, p.266).

Entretanto, nas eleições de 1884, o jogo político caminhava para o caminho oposto do pretendido pelos abolicionistas. Ao menos foi possível perceber uma organização para que abolicionistas ocupassem as instituições. A maioria dos abolicionistas vinham de outras classes sociais e gerações, por isso a importância das candidaturas de líderes como Nabuco, Rui Barbosa e Rodolfo Dantas, membros da elite política e que tinham chances de serem eleitos. Havia 51 candidatos à Assembleia Geral autodeclarados abolicionistas espalhados pelas províncias: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. E os vários jornais reformistas endossaram as candidaturas (ALONSO, 2015).

As eleições se realizaram em dezembro de 1884, em condições de fraudes e violência. A apuração foi bastante disputada: “no primeiro escrutínio, elegeram-se 48 Liberais para quarenta Conservadores; depois, briga esganiçada. A maioria das atas chegou envolta em protestos e contestações, por conta de falsificações, e não foram poucas as que chegaram em duplicata, uma pró, outra contra o governo” (ALONSO, 2015, p.274). O clima era de divergência acirrada. O movimento perdeu nas instituições e tomou as ruas. Inclusive teatros que antes os abrigaram, fecharam as portas aos abolicionistas. O mandato de Nabuco em Recife foi invalidado, mas tudo ocorreu em favor da candidatura de Nabuco, apesar do caos estabelecido.

Depois de Dantas, foi Antônio Saraiva quem governou pela segunda vez. Os abolicionistas lamentaram, a única ideia que se assemelhava à reforma de Dantas era acreditar na necessidade de acelerar “gradualmente a libertação geral dos escravos”, mas trazia de volta à instituição o escravismo de circunstância. O projeto de Dantas foi adaptado para proteger o senhor e não os libertos, que continuariam prestando serviços aos senhores; a regra da idade libertaria bem menos do que o previsto no Projeto Dantas; e Saraiva passou a indenizar pela liberdade dos idosos. A ordem que havia sido estabelecida pelo vínculo entre governo e movimento foi destruída por Saraiva, que fez reafirmar a ordem escravista (ALONSO, 2015).

Em 1885, foi a derrubada dos Liberais. Cotegipe foi eleito e adotou a política de combate aos abolicionistas. Os confrontos entre polícia e abolicionistas passaram a ser mais comuns. “Essa política do cacete teve três modalidades: a manipulação eleitoral, o ludíbrio da lei e a repressão aos opositores.” (ALONSO, 2015, p.288)

O gabinete de Cotegipe estabeleceu multa para quem ajudasse escravos a fugir, que poderiam ser presos por até dois anos. Se inspirou no Regulamento Negro instituído nos Estados Unidos em 1850 (punia a ajuda a fugas e acoitamento de escravos). Os escravistas

nacionais também se apropriaram de parte do repertório estrangeiro escravista e ainda obtiveram solidariedade estrangeira, alguns estrangeiros se simpatizaram com a causa dos senhores e apontaram que os abolicionistas não passavam de incitadores da desordem. “Ao trazer ao poder os Conservadores, em 1885, d. Pedro II talvez tenha suposto que controlaria o governo. Cotegipe, contudo, concentrou sob seu comando o Poder Legislativo da Câmara e o coercitivo da polícia e os usou fartamente” (ALONSO, 2015, p.293).

O governo repreendeu qualquer mobilização que ocorresse no espaço público, afetando o padrão do ativismo abolicionista. O movimento então, produziu “choque moral” nas ruas. Usaram da estratégia de explicitar o escravo sofredor, usaram da simbologia cristã, músicas, peças, poemas e desenhos, denunciando a injustiça.

O governo ficou sob pressão da opinião pública e também destoante da mudança no cenário internacional. Em outubro de 1886, Cuba abolia a escravidão colocando fim a aprendizagem. E o Brasil era oficialmente o único escravista nas Américas. Cotegipe se mexeu em continuar com o escravismo de circunstância, o que ocorria era a abolição dos açoites, o fim da pena, suprimiu a legalidade de pena extrema, e todas as medidas foram “para inglês ver”, novamente. Os abolicionistas não descansaram e se empenharam em certificar o cumprimento das leis (ALONSO, 2015).

A campanha pela libertação dos territórios ficou suspensa pela repressão, mas cidades que eram consideradas mais fortes foram o foco dos abolicionistas. O movimento continuou com a diversificação das arenas e estratégias de atuação, mas usaram da desobediência civil para enfrentar a política de Cotegipe (ALONSO, 2015).

É inquestionável a atuação dos negros contra a escravidão, “fugas coletivas, quilombos, revoltas, assassinatos de senhores e feitores, incêndios de plantações sempre existiram” (ALONSO, 2015, p. 304). Mas aponta-se aqui para a “sobreposição de iniciativas e orquestração conjunta”, os abolicionistas foram rede de sustentação e orientaram escravos em fugas. Essa estratégia também veio do repertório abolicionista internacional, mas não ousaram implodir o sistema escravista, foram “fugas para dentro”. Diferente dos Estados Unidos, do Ceará, Amazonas e Santos.

Requisitava uma organização secreta, um sistema de códigos para comunicação, uma rede de pontos de acoitamento, a colaboração de trabalhadores da malha de transportes — daí por que se instalavam perto de ramais de bonde ou trem no Sul e de portos de parada de vapores no Norte. Adicionalmente, era preciso audácia do abolicionista e negligência de autoridades. Nessa estratégia entrava em conta elemento ausente nas anteriores: as fugas dependiam da participação ativa dos escravos (ALONSO, 2015, p.306).

Nesse meio tempo estava estabelecido o conflito gabinete-Exército, o movimento se aliou às instituições imperiais, particularmente ao Exército. Em fins de 1887, o cenário era o caos, revoltas e fugas de escravos, com sustentação dos abolicionistas, insubordinação das Forças Armadas, repressão de escravistas e comícios Republicanos. A crise do governo se juntava a crise do regime (ALONSO, 2015).

E novamente, o método bumerangue se fez presente. Buscaram o apoio das autoridades estrangeiras divulgando e denunciando a violência estatal. Mas não houve constrangimentos por parte do gabinete que continuou resistente. D. Pedro nada fez quanto a isso. E a última fase do movimento foi marcada pela violência, “o fim do tempo de flores e votos”. Se inspiraram no modelo revolucionário estadunidense, John Brown, que reagiu a violência com violência, tentou insurreição e participou de assassinatos de escravistas (ALONSO, 2015).

E assim o movimento abolicionista brasileiro foi se adaptando a conjuntura política. A forma como atuou, as estratégias e os repertórios utilizados, foram de acordo com o que era possível e com a reação do contramovimento. Não só os abolicionistas se apropriaram do repertório estrangeiro, mas os escravistas também. Olhando para o pós-abolição, não pode-se dizer que alguém foi vitorioso no fim desse processo. Com a Lei Áurea sancionada, os abolicionistas festejaram, mas o pós-abolição não correspondeu às expectativas dos abolicionistas. Os “libertos” foram lançados à indigência, a abolição não deu igualdade, nem melhores condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado nos capítulos deste trabalho, o movimento abolicionista brasileiro e sua interface transnacional foi fundamental para o processo de abolição da escravidão. Autores como Drescher (1995) afirmam que o processo gradual de abolição se iniciou antes mesmo da abolição do tráfico negreiro, com as pressões externas britânicas. Alonso (2015) destaca que o movimento abolicionista teve seu início em 1868, enquanto os acontecimentos externos, como a Guerra Civil norte-americana, o conflito com o Paraguai e a criação da Sociedade Abolicionista Espanhola, impactavam a conjuntura doméstica. Não há consenso, mas fala-se também da Lei do Ventre Livre como resposta às pressões externas, à crise global e à conjuntura causada pela Guerra Civil. O movimento e o processo de abolição se desdobravam também em resposta à “retórica da reação”, ao “escravismo de circunstância”, que na maioria dos anos esteve aliado ao governo.

Antes mesmo de ser considerado um movimento, o “abolicionismo de elite”, como chamou Alonso (2015), possibilitou as viagens e os primeiros contatos entre abolicionistas estrangeiros e brasileiros. Inclusive, a atuação do pioneiro Abílio Borges com o método bumerangue (continuado por Nabuco) foi um dos primeiros embasamentos para que o movimento se articulasse com a rede transnacional, posteriormente fazendo parte dessa rede. Além disso, os ativistas brasileiros se apropriaram do repertório estrangeiro. Como Azevedo (1996) escreveu, não era possível se apropriar plenamente dos outros repertórios, por vários motivos, como: forma como os brasileiros pensavam identidade nacional, os abolicionistas lutaram sob o poder escravista, a maioria da população era negra escravizada e a Igreja Católica não apoiou o movimento. O que aconteceu foi uma combinação de modelos, os brasileiros combinaram intenção política com inserção cultural, por isso fala-se em ativismos, os líderes do movimento usaram as estratégias de acordo com o que era possível.

Destaca-se as articulações entre as pressões externas, a rede transnacional abolicionista e o movimento brasileiro. As pressões externas se confirmaram com o método bumerangue, utilizado por Joaquim Nabuco. Alonso (2015) aponta que o método foi eficaz e serviu para ganhar apoio no exterior e pressionar o governo brasileiro. Mas, Rocha (2009), afirmou que entre 1854 e 1878, doze petições foram enviadas ao Império, mas apenas uma foi respondida (1866 vinda da Sociedade Abolicionista Francesa). A pressão desse período não se igualava à pressão britânica entre 1840 e 1860.

Portanto, a partir dessas considerações, é possível inferir que no período analisado o movimento abolicionista se articulou com outras forças externas e internas em prol da abolição da escravidão. E nessas articulações, a interface transnacional foi fundamental para o processo, incluindo desde as repercussões do cenário internacional no Brasil às coligações com a rede transnacional abolicionista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 166-199, 2011a.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 101-122, 2012.

_____. Escravismo de Circunstância: o repertório moral do escravismo e do abolicionismo brasileiros”. **Seminário Sociologia, Política e História**, 2011b.

_____. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. **Novos estudos CEBRAP**, n. 88, p. 55-70, 2010.

_____. O triângulo negro da abolição: Rebouças, Patrocínio, Gama. **Seminário Classe Cultura e Ação Coletiva**, v. 16, 2011c.

_____. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. Editora Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 96-109, 1996

_____. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX**. Annablume, 1987.

_____. Quem precisa de são Nabuco?. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 85-97, 2001.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. **estudos avançados**, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. **Novos estudos CEBRAP**, n. 88, p. 73-87, 2010.

BERNARDES, Tatiana Valentim Mina; DOS SANTOS, Zâmbia Osório; DEBUS, Eliane Santana Dias. A representação de mulheres negras na literatura afro-brasileira: Uma leitura de “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis e “Minha mãe”, de Luis Gama. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 47, p. 117-129, 2018.

BERTONHA, Ivone. O Movimento Abolicionista Brasileiro na Luta Internacional contra a Escravidão.(A correspondência de Joaquim Nabuco com os abolicionistas ingleses). In: **V Congresso Internacional de História e XVII Semana de História da UEM**. Editora Clichetec, Maringá. 2011.

CASTELLANO, Juan. “La Sociedad Abolicionista Española” y la abolición de la esclavitud en Cuba y Puerto Rico. **Hispanófila**, n. 23, p. 9-22, 1965.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **u. Chi. Legal f.**, p. 139, 1989.

DA SILVA, Felipe Vale. Gênese e estratégias da mídia abolicionista estadunidense: do panfleto à narrativa de escravos (1688-1829). **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 4, p. 48-62, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.

DOS SANTOS SILVA, Marinete. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma "cocotte" no movimento abolicionista. **Caderno Espaço Feminino**, v.21, n.1, 2010.

DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. **História Social**, n. 2, p. 115-162, 1995.

_____. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884). **XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, Identidades**, p. 1-2, 2008.

FREIRE, Camila de Sousa; DA SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. **Passagens**, v. 10, n. 3, p. 440-463, 2018.

IZECKSOHN, Vitor. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. **Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro**, v. 11, n. 21, p. 96-110, 2015.

JUCÁ, Joselice. A questão abolicionista na visão de André Rebouças. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 4, n. 2, 1988.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Cornell University Press, 2014. cap. 2. p. 39-51.

LAILER, Christiane. A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”. **Revista Escritos**, v. 5, n. 5, p. 169-205, 2011.

MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Brasília.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 23, p. 97-117, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 51, 2015.

MARTINS, Heitor. Luís Gama e a consciência negra na literatura brasileira. **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Processo de abolição no Ceará: história, memória e ensino. 2014. **Revista Historiar**, Vol. 06, N. 11, p. 06-25, 2014.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 36, p. 83-104, 2009.

MIRANDA, Clicea Maria Augusto de. **Repercussões da Guerra Civil americana no destino da escravidão no Brasil-1861-1888**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 1, p. 45-54, 2012.

PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886): ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. **HIB: revista de história iberoamericana**, v. 3, n. 1, p. 50-68, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. A Gazeta da Tarde e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015.

RÉ, Henrique Antonio. " Missão nos Brasis": a BFASS e a organização de uma missão abolicionista secreta ao Brasil no início da década de 1840. **Revista de História (São Paulo)**, n. 174, p. 69-100, 2016.

_____. Uma missão abolicionista britânica no Brasil e as relações entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas. **Almanack**, n. 15, p. 293-317, 2017.

_____. A Revogação do Bill Aberdeen e a Lei do Ventre Livre: um acordo antiescravista internacional 1864-1872. **Revista de História (São Paulo)**, n. 178, 2019.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Versal Editores, 2017.

ROCHA, Antonio Penalves. **Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and F**. Editora Unesp, 2009.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda. A Confederação Abolicionista: um centro político organizado em favor da abolição na Corte. **II CONINTER**, 2013.

SOARES, Anita Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 242-269, 2017.

SOARES, Rodrigo Goyena. Nem arrancada, nem outorgada: agência, estrutura e os porquês da Lei do Ventre Livre. **Almanack**, n. 9, p. 166-175, 2015.

SOUSA, Caroline Passarini. A representação da mulher negra no discurso abolicionista (1871-1888). **ANPUH**, 2018.

STAMATOV, Peter. Activist religion, empire, and the emergence of modern long-distance advocacy networks. **American Sociological Review**, v. 75, n. 4, p. 607-628, 2010.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de história**, n. 120, p. 73-83, 1989.

YOUSSEF, Alain El. A Guerra Civil norte-americana e a crise da escravidão no Império do Brasil: o caso da Lei do Ventre Livre. In: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2015.

_____. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019